



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 5 | Maio 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Maio de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Maio.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	23
<hr/>	
Destaques	29
Previsões Macroeconómicas da CE e do FMI - Primavera de 2010	31
<hr/>	
Artigos	33
Em Análise	35
A Evolução Recente da Actividade Turística em Portugal	35
Analysis of the Active Employer Enterprise Population in Portugal	47
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	59
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	65

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A situação da economia mundial continua a dar sinais de melhoria no início do 2.º trimestre, apesar do aumento da incerteza relacionada com o agravamento da tensão nos mercados financeiros internacionais, reflectindo a crise orçamental da Grécia.
- * Nos EUA, o PIB registou um aumento de 2,5% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2010 (0,1% no 4.º trimestre de 2009), impulsionado pela melhoria de todas as componentes, com destaque para a recuperação da procura interna. A generalidade dos indicadores de confiança e quantitativos (produção industrial e vendas a retalho) evoluíram favoravelmente em Abril, embora o mercado de trabalho tivesse dado sinais de enfraquecimento, com destaque para a subida da taxa de desemprego para 9,9% (9,7% em Março, pelo 3.º mês consecutivo).
- * No 1.º trimestre, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) apresentou um aumento de 0,3% e de 0,5% em termos homólogos reais (-2,3% e -2,2%, respectivamente, no 4.º trimestre de 2009). O indicador de sentimento económico da UE e da AE referente a Abril continuou a melhorar, com destaque para a melhoria mais acentuada dos indicadores de confiança dos empresários dos serviços e do comércio a retalho. Em Março, a taxa de desemprego manteve-se em 10% na AE e em 9,6% na UE e a taxa de inflação homóloga da AE, em Abril, aumentou para 1,5% (1,4% em Março).
- * Em Abril e até meados de Maio, as taxas de juro a 3 meses e as de longo prazo subiram ligeiramente tanto na área do euro como nos EUA.
- * O preço spot do petróleo *Brent* diminuiu em Maio, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 20, apresentado um valor de 80 USD/bbl (63€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as estimativas rápidas do INE, o PIB registou um crescimento homólogo real de 1,7% no 1.º trimestre de 2010, representando um crescimento de 1% face ao trimestre precedente.
- * Na generalidade dos sectores, os indicadores quantitativos disponíveis para a actividade económica evidenciaram uma evolução mais favorável no 1.º trimestre de 2010, face ao trimestre anterior.
- * O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo Abril apresentou uma ligeira deterioração face ao mês anterior.
- * A informação disponível até Abril, sugere ainda a continuação da recuperação do consumo privado e uma estabilização do investimento.
- * Em Abril, a taxa de inflação homóloga foi de 0,7%, mais 0,2p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,8p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * Até Abril, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 4561,9 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 298,1 milhões de euros face ao período homólogo. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 476,1 milhões de euros, representando uma redução de 404 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 809,6 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 7,2 milhões de euros face a igual período do ano anterior.
- * No 1º trimestre, a Administração Local, e considerando o universo comparável, registou um défice provisório da execução orçamental de 0,5 milhões de euros, reflectindo uma deterioração de 23,3 milhões de euros relativamente ao mesmo período de 2009. A

Administração Regional apresentou um défice orçamental de 24,4 milhões de euros, isto é, uma deterioração de 35 milhões de euros face ao período homólogo.

Comércio Internacional

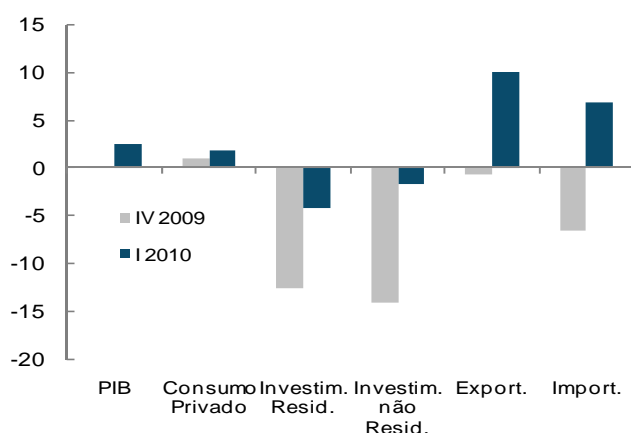
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados** do INE, do comércio intracomunitário, para o mês de *Março de 2010*, aponta para uma taxa de crescimento positiva das saídas de mercadorias (comércio Intra+Extra) no período acumulado de Janeiro a Março (+14,6%), face a igual período do ano anterior, a par de um acréscimo também das entradas, de menor amplitude (+7,6%), com o défice (Fob-Cif) a decrescer 3,7%. Os dados desagregados do período de Janeiro a Fevereiro de 2010, correspondem a uma primeira versão do INE e representam um curto período do ano, pelo que se aconselha prudência na sua análise.
- * De acordo com os dados disponíveis, nos *últimos 12 meses* a terminar em Fevereiro de 2010, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias diminuíram 12,6% e as entradas 11,1%. Nos últimos 3 meses, excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram um acréscimo de 4,4%, ao mesmo tempo que as entradas registavam um aumento de 0,7% face ao período homólogo anterior.
- * No período de *Janeiro a Fevereiro de 2010*, face ao mesmo período do ano anterior, as expedições para a UE cresceram 10,0%, com destaque para o ritmo de crescimento da Polónia (+34,8%), dos Países Baixos (+28,1%), do Reino Unido (+20,9%) e da Espanha (+13,1%).
- * Nos *últimos 12 meses*, as expedições para o *mercado comunitário* decresceram 10,8%, cabendo reduções de 11,0% aos países da UE-15 e de 6,5% aos 12 Países do Alargamento. No contexto da *UE-15* a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Suécia (-19,3%), Dinamarca (-19,1%), Bélgica (-16,7%), Itália (-13,2%), Espanha (-12,6%), Alemanha (-11,8%), França (-8,5%), Reino Unido (-7,7%) e Países Baixos (-0,5%). Entre os Países do Alargamento refere-se a Polónia (-1,4%).
- * Nos últimos 12 meses, as exportações para os Países Terceiros diminuíram 17,3%. No entanto, no período de *Janeiro a Fevereiro*, as exportações aumentaram 7,1%, tendo-se registado elevados ritmos de crescimento em mercados como o México (+81,9%), Turquia (+81,2%), Brasil (+66,8%), China (+62,0%) e EUA (+42,1%).
- * Nos *dois primeiros meses do ano*, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 5,4% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram positivamente os Bens (+6,0 p.p.) a par de um contributo negativo por parte dos Serviços (-0,6 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A situação da economia mundial continua a dar sinais de melhoria no início do 2.º trimestre apesar do aumento da incerteza relacionada com o recrudescimento das tensões nos mercados financeiros internacionais. A taxa de inflação subiu neste período, tendo sido mais acentuada nas economias emergentes. Nos **EUA**, o PIB aumentou 2,5% em termos homólogos reais no 1.º trimestre, em resultado da melhoria de todas as componentes, com especial relevo para a procura interna.

Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

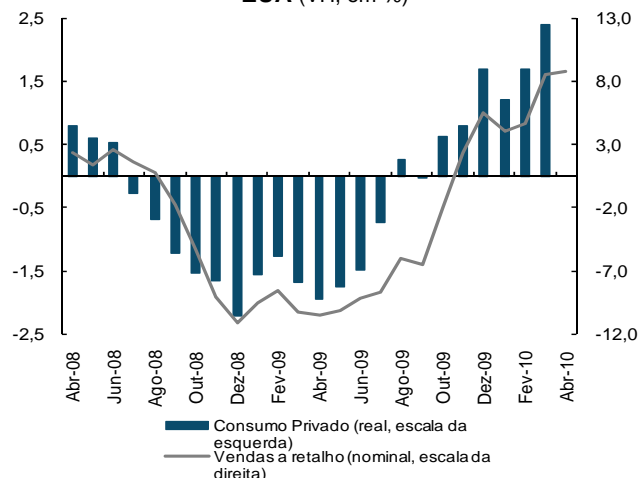


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Em Abril de 2010, a generalidade dos indicadores de confiança e os indicadores quantitativos evoluíram favoravelmente; no entanto, o mercado de trabalho continuou a dar sinais de enfraquecimento. Assim, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 8,8% em termos nominais (8,5% em Março);
- a produção industrial subiu para 5,2% (3,9% em Março) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria progrediu para 73,7% (73,1% em Março);
- a taxa de desemprego aumentou para 9,9% (9,7% em Março, pelo 3º mês consecutivo) e a taxa de inflação homóloga desceu ligeiramente para 2,2% (2,3% no mês precedente).

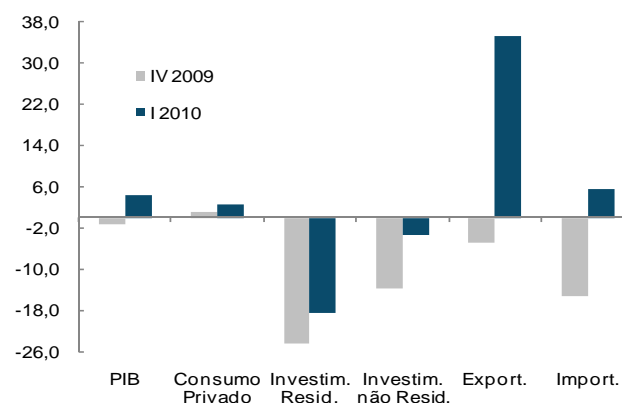
Figura 1.2. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 1.º trimestre de 2010, o PIB do **Japão** recuperou para 4,2% em termos homólogos reais (-1,4% no 4.º trimestre de 2009) devido sobretudo ao crescimento robusto das exportações. Estas registaram um aumento de 35% em termos homólogos reais neste período, invertendo a tendência negativa registada desde o 4.º trimestre de 2008.

Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

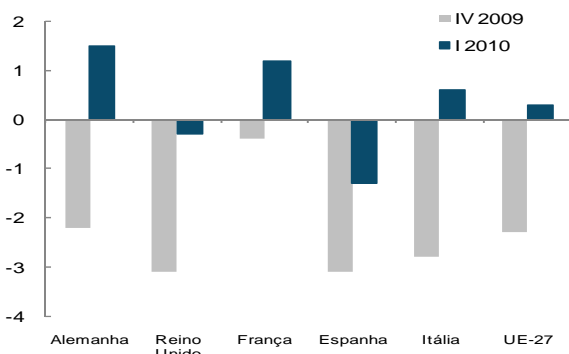
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,4	-3,3	-3,8	-2,6	0,1	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,7	-11,6	-12,9	-9,5	-4,7	2,4	1,3	1,9	3,9	5,2
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	35,9	43,0	51,4	54,6	58,2	58,4	56,5	59,6	60,4
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	43,3	46,0	50,4	52,3	55,7	52,2	54,8	60,0	60,3
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	58,3	68,2	68,4	70,2	73,9	74,4	73,6	73,6	72,2
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	8,2	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,7	9,7	9,9
China – PIB real	VH	NBSC	8,7	6,2	7,9	9,1	10,7	11,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-20,1	-23,5	-20,5	0,9	30,3	21,0	45,7	24,3	30,5
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-8,6	-6,0	-4,8	-1,4	4,2	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2010, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) registou um aumento de 0,3% e de 0,5% em termos homólogos reais, respectivamente, invertendo a tendência de quebra registada nos trimestres precedentes. O comportamento do PIB foi positivo para as principais economias, com excepção do Reino Unido e da Espanha, os quais mantiveram uma diminuição, mas em recuperação.

Figura 1.4. PIB da União Europeia
(VH real, em %)

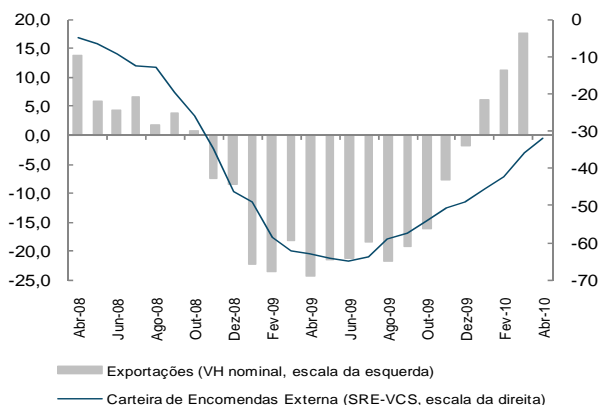


Fonte: Eurostat.

De facto, para a área do euro, no 1.º trimestre e, em termos homólogos:

- a produção industrial subiu para 3,9% (-7,5% no 4.º trimestre de 2009);
- as exportações aumentaram 12% em termos nominais (-8,6% no 4.º trimestre de 2009);

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

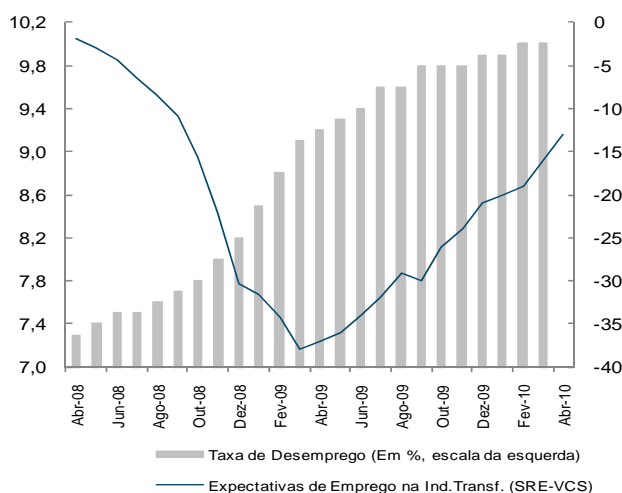
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-5,0	-5,0	-4,3	-2,3	0,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	68,8	74,2	84,3	92,2	98,2	97,2	97,6	99,8	101,9
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-5,0	-4,9	-4,1	-2,2	0,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	71,5	75,6	84,1	91,9	96,6	96,0	95,9	97,9	100,6
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,8	-18,2	-18,3	-14,7	-7,5	3,9	1,1	3,9	6,9	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,2	-2,9	-2,5	-2,2	-1,1	-0,3	-0,7	-0,1	0,0	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	8,8	9,3	9,7	9,9	10,0	9,9	10,0	10,0	:
IHPC	VH	"	0,3	1,0	0,2	-0,4	0,4	1,1	1,0	0,9	1,4	1,5

- as vendas a retalho decresceram 0,3% em termos reais (-1,1% no 4.º trimestre de 2009).

Em Março de 2010, a taxa de desemprego manteve-se em 10% na AE e em 9,6% na UE (9,9% e 9,5% em Janeiro, respectivamente).

Em Abril de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego continuaram a melhorar para a indústria transformadora e para os restantes sectores.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Abril de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, em resultado da melhoria da generalidade dos indicadores de confiança, tendo sido, porém, mais acentuado para os empresários dos serviços e do comércio a retalho.

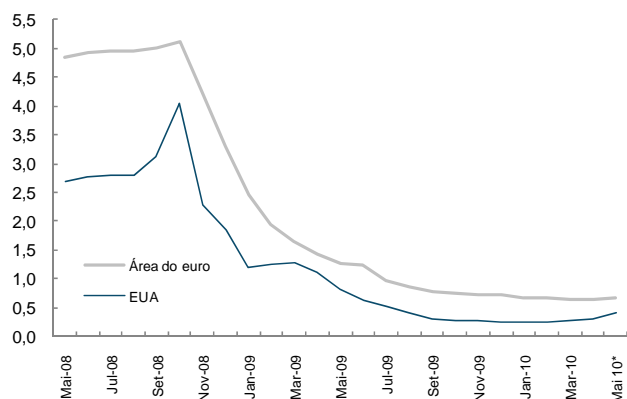
Em Abril de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou ligeiramente para 1,5% (1,4% em Março), devido, em parte, à maior aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram 9,1% (7,2% no mês precedente).

Pelo contrário, a taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados desacelerou para 0,7% (0,9% em Março).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em Maio, em média até ao dia 20, em 0,68% e em 0,42%, respectivamente (0,64% e em 0,31%, no mês de Abril, respectivamente).

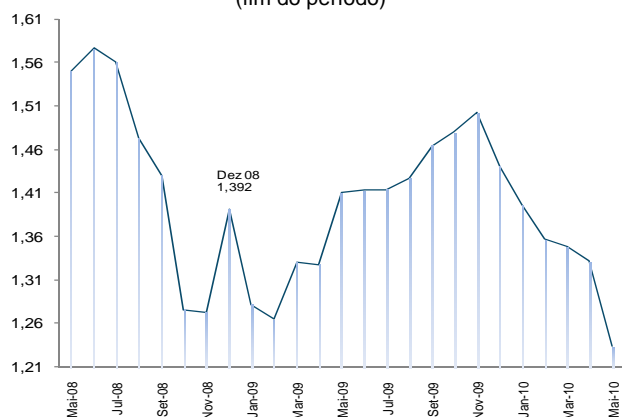
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 20.

Em Abril de 2010, as taxas de juro de longo prazo aumentaram tanto na área do euro como nos EUA. Neste período, intensificou-se o diferencial de rendibilidade nas obrigações do Tesouro a 10 anos entre a maioria dos países do Sul da Europa e a Alemanha, reflectindo a crise financeira na Grécia.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Maio, o valor é do dia 20.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

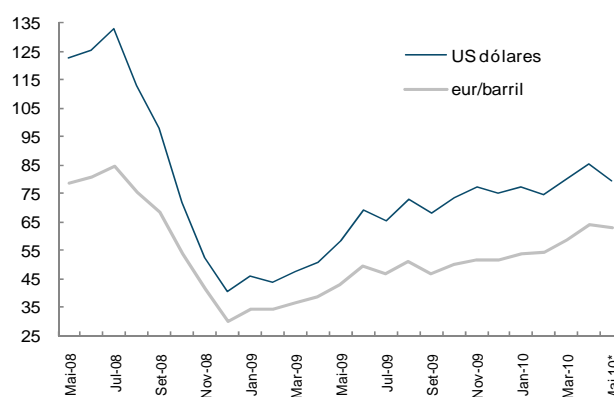
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	1,51	1,10	0,75	0,70	0,63	0,67	0,66	0,63	0,66
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	2,74	3,31	3,50	3,45	3,70	3,71	3,68	3,72	3,82
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,90	3,98	3,79	3,66	3,68	3,77	3,74	3,64	3,69
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,331	1,413	1,464	1,441	1,348	1,397	1,357	1,348	1,332
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	-13,3	11,0	15,0	7,4	4,1	-3,5	2,6	5,1	1,4
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	-15,4	16,0	19,6	3,2	-1,1	-6,2	-1,8	7,4	-3,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	45,73	59,58	69,00	75,51	77,22	77,16	74,61	79,90	85,64
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-52,8	-50,0	-39,9	37,5	68,9	68,7	69,7	68,2	68,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-45,6	-42,8	-36,6	22,4	59,0	56,5	58,5	61,8	65,7
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,4	33,7	42,3	48,5	49,3	55,0	54,0	53,6	57,4	59,9

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Em Maio de 2010, a taxa de câmbio do euro apresentou uma abrupta depreciação face ao dólar, tendo atingido, no dia 20 1,23, representando uma depreciação de 14% face ao final do ano de 2009. Para esta evolução parece estar a contribuir o impacto negativo para o crescimento económico da área do euro das medidas de austeridade implementadas por vários países no sentido da correcção dos défices públicos.

Em Abril de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 59,9 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Maio, e até dia 20, o preço do petróleo Brent desceu para se situar, em média, em 80 USD/bbl (63 €/bbl), parecendo traduzir a apreciação significativa do dólar face ao euro.

Figura 1.9. Preço Médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 20.

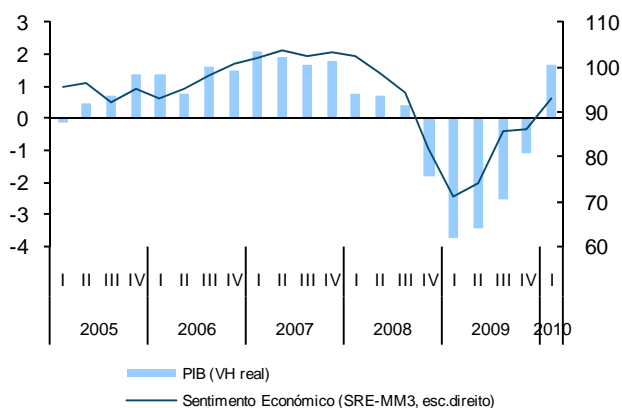
Em Abril de 2010, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou para 32% em termos homólogos (30% em Março), com destaque para uma aceleração mais acentuada dos preços dos metais e dos produtos industriais.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 1.º trimestre de 2010, de acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB registou um crescimento real homólogo de 1,7% (crescimento de 1% face ao trimestre anterior), representando uma significativa recuperação face ao ocorrido nos últimos 5 trimestres.

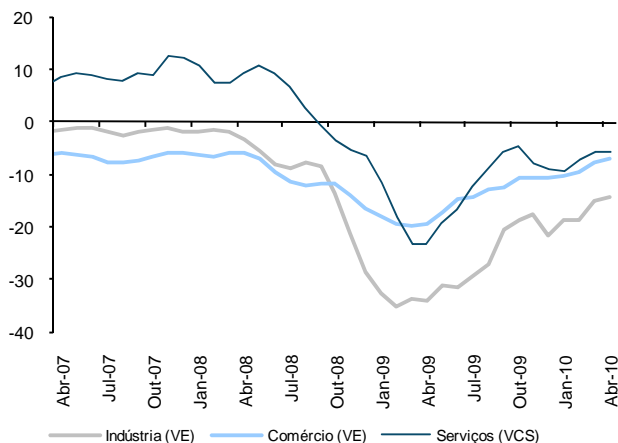
Figura 2.1. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: INE e CE.

No trimestre terminado em Abril, com excepção do sector da construção, os indicadores de confiança apresentaram uma evolução favorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



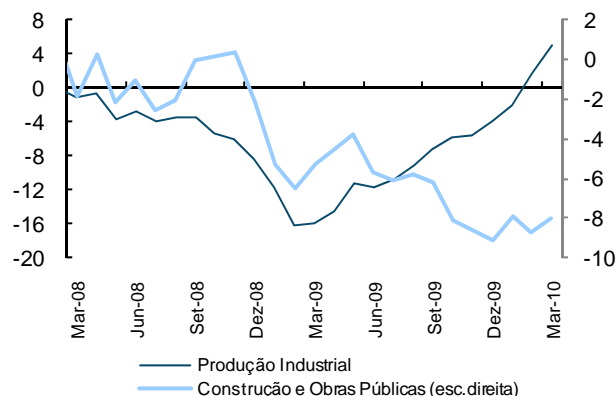
Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,7	-3,7	-3,4	-2,5	-1,1	1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	71,3	74,0	85,7	86,4	92,9	92,6	91,0	95,2	93,8
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-27	-34	-31	-21	-22	-15	-23	-16	-17	-12
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-14	-20	-15	-12	-11	-8	-12	-8	-9	-6
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-14	-23	-17	-6	-9	-6	-8	-6	-7	-4
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-46	-49	-46	-46	-46	-48	-47	-47	-48	-50
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-16,1	-11,8	-7,2	-3,9	4,9	-1,0	-0,3	6,6	8,5
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-23,5	-22,0	-18,1	-6,7	10,5	2,4	6,9	8,2	15,8
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-13,9	-15,5	-10,6	-7,1	1,1	-4,7	-1,3	0,3	4,0

Assim, as opiniões dos empresários apresentaram-se mais favoráveis na indústria, no comércio e nos outros serviços, e pioraram na construção.

Figura 2.3. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

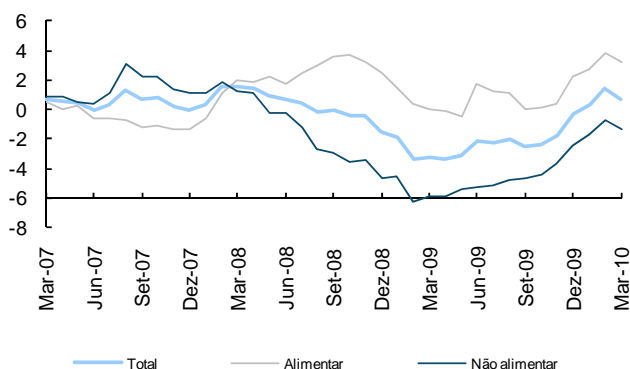
Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 1.º trimestre, em termos homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios aumentaram 4,9% e 10,5%, respectivamente (-3,9% e -6,7% no 4.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 8% (-9,2% no trimestre precedente);
- o índice de volume de negócios registou um crescimento de 1,1% nos serviços, enquanto no comércio a retalho apresentou uma variação nula (-7,1% e -3,1% no 4.º trimestre, respectivamente).

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, no 1.º trimestre, um crescimento homólogo de 0,7%, recuperando face à variação homóloga negativa de 0,2% ocorrida no trimestre anterior. Para esta evolução favorável contribuiu quer a categoria dos bens alimentares, quer a categoria dos bens não alimentares, que melhoraram em 0,9p.p. e 1,1p.p. face ao trimestre anterior, respectivamente.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

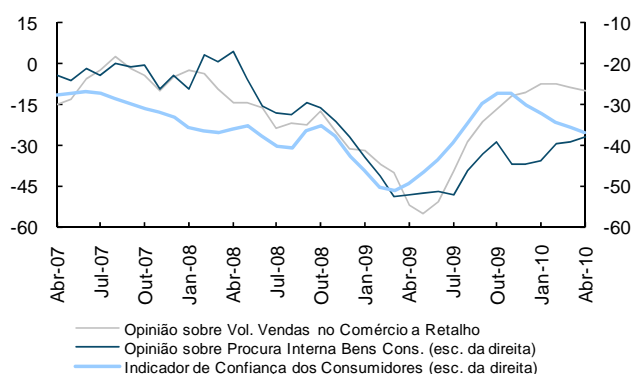


Fonte: INE.

No trimestre terminado em Abril, o indicador de confiança dos consumidores deteriorou-se ligeiramente face ao 1.º trimestre de 2010. Esta evolução reflecte uma perspectiva mais desfavorável dos consumidores face à oportunidade de aquisição de bens de equipamento e realização de poupança.

No mesmo período, as opiniões dos empresários do comércio a retalho quanto à evolução do sector apresentaram uma ligeira deterioração face ao trimestre anterior. Por outro lado, na indústria transformadora, registou-se uma recuperação das opiniões dos empresários a respeito da evolução da procura interna por bens de consumo.

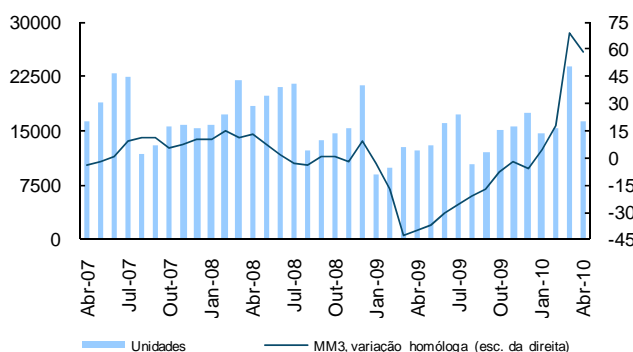
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em Abril, o mercado de automóveis ligeiros de passageiros mantém o forte dinamismo que se tem vindo a verificar desde o início do ano. Assim, as vendas de ligeiros de passageiros registaram uma variação homóloga de 32,4%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

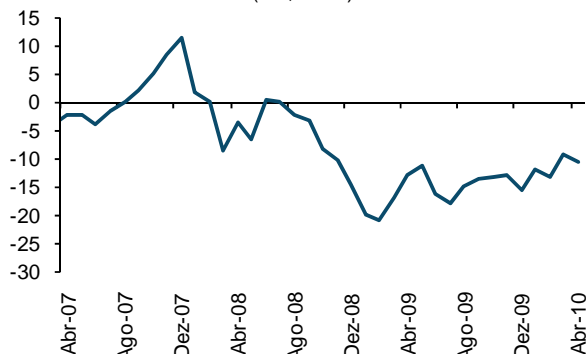
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,8	-1,4	-0,9	-1,0	0,2	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-51	-43	-29	-30	-35	-32	-37	-37	-36
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-31	-40	-50	-21	-11	-9	-1	-11	-14	-4
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-3,2	-2,1	-2,5	-0,2	0,7	0,3	1,2	0,7	:
Bens alimentares	VH	"	1,0	0,0	1,7	0,1	2,3	3,2	1,5	3,6	4,5	:
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-5,8	-5,3	-4,7	-2,4	-1,3	-0,7	-0,8	-2,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-42,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,2	61,8	53,1	87,0	32,9
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-1,7	-2,4	-4,1	-1,0	0,3	:	-5,3	-1,7	:	:

Investimento

Os dados disponíveis para Abril sugerem a continuação da recuperação do investimento em material de transporte, uma estabilização do investimento em construção e uma deterioração do investimento em Bens de equipamento, face à evolução dos meses anteriores. Assim, neste mês:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 11,4%, em termos homólogos (-9,4% no trimestre precedente);

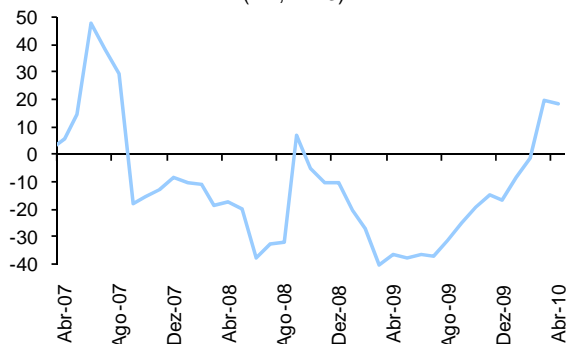
Figura 2.7. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga de 20% (19,6% no 1.º trimestre);

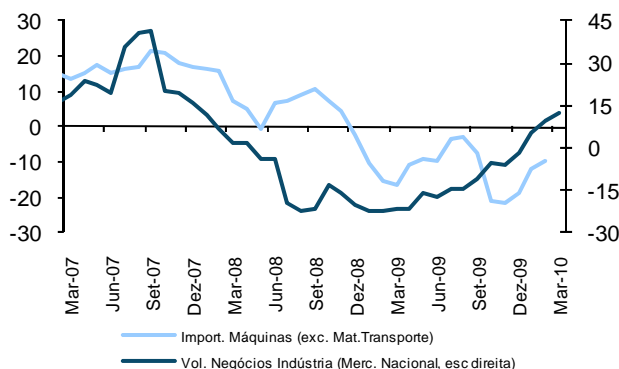
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento mais desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No 1.º trimestre, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento, em termos médios homólogos, de 9,7% (-1,3% no 4.º trimestre).

Nos meses de Janeiro e Fevereiro, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos homólogos nominais, de 7,6% (-18,6% no 4.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

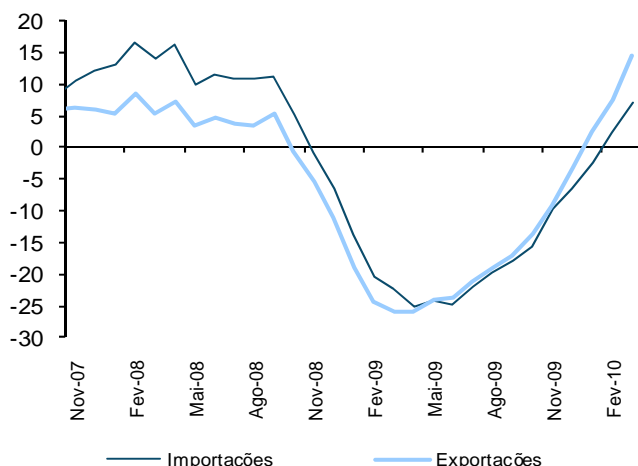
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-14,1	-14,4	-6,8	-8,9	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,6	-16,9	-16,1	-13,8	-15,5	-9,4	-7,3	-8,4	-11,6	-11,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-40,5	-36,5	-25,0	-16,8	19,6	25,1	13,7	20,5	20,0
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-39,4	-38,0	-47,0	-23,3	-48,7	-36,0	-42,6	-32,7	-28,7	-5,5
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-29	-37	-33	-30	-17	-29	-16	-24	-46	-35
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-39,0	-47,4	-47,9	-38,8	-21,8	-20,9	-27,8	-7,3	-24,0	
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	:	-16,1	-9,6	-7,1	-18,6	:	-4,0	-11,2	:	
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,7	-21,5	-17,3	-11,0	-1,3	9,7	28,3	28,3	0,5	

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em Março de 2010, os fluxos de comércio internacional continuam a apresentar um comportamento de recuperação face às quedas pronunciadas registadas no ano passado. Em particular, as exportações apresentam uma variação homóloga mensal de 24,3% e a média móvel a 3 meses registou 14,6%. Este forte crescimento foi observado tanto nas exportações intracomunitárias como nas extracomunitárias (variação homóloga mensal de 19,9% e 38%, respectivamente).

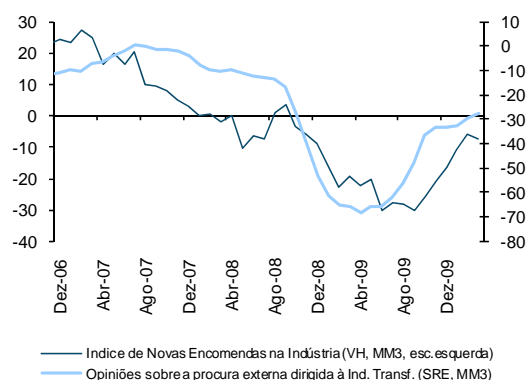
Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Esta evolução do comércio internacional, em particular a dinâmica das exportações, aponta para a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Tal como nos últimos meses, os dados mais recentes sobre as novas encomendas à indústria e as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria continuam a sugerir que a procura externa mantenha uma evolução favorável nos próximos meses.

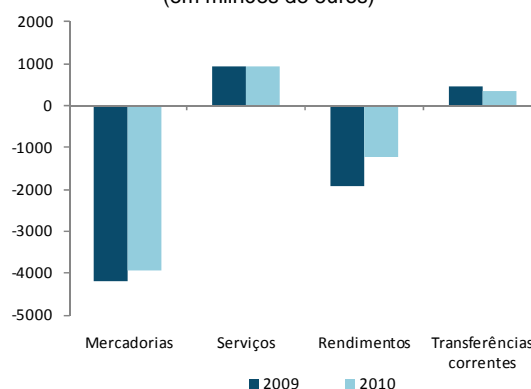
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até Março de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 3,8 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 918 milhões de euros face a igual período de 2009.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Para este resultado contribuíram a redução dos défices das balanças de rendimentos e de mercadorias (em 269 e 717 milhões de euros, respectivamente). A balança de transferências correntes registou uma redução do seu excedente de 97 milhões de euros, face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

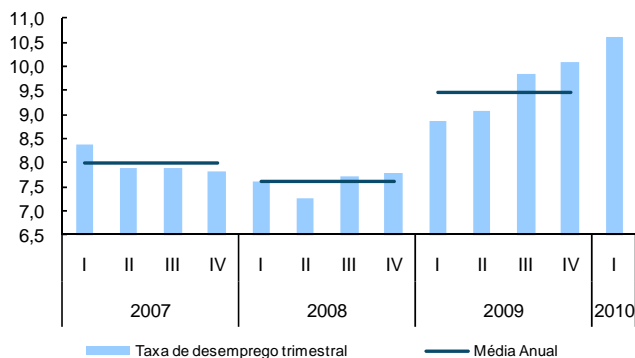
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008					2009				2010			
				4T	1T	2T	3T	4T	Dez	Jan	Fev	Mar				
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-11,6	-8,8	-18,8	-15,3	-9,8	-1,4	-	-	-	-	-	-		
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-9,2	-4,4	-14,3	-13,7	-7,0	-1,5	-	-	-	-	-	-		
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-7,6	-9,1	-8,1	-6,5	-8,4	-7,5	-	-	-	-	-	-		
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,4	-8,4	-11,9	-7,4	-9,8	-8,7	-	-	-	-	-	-		
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-17,5	-11,1	-25,9	-23,7	-17,1	-3,3	4,0	5,8	12,9	24,3				
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-17,9	-6,4	-22,2	-24,9	-17,8	-6,5	-1,7	-3,4	13,2	11,8				

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		
				Mar	Jan-Mar	Mar	Jan-Mar	Var. Ac.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15451	-1742	-4 356	-1 124	-3 615	740
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 149	-1540	-4 195	-1399	-3 926	269
Saldo Balança de Serviços	"	"	6050	298	924	310	953	29
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7883	-670	-1938	-465	-1221	717
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2139	30	443	230	346	-97

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no 1º trimestre de 2010, a taxa de desemprego fixou-se em 10,6%, aumentando face ao trimestre precedente (+0,5p.p.).

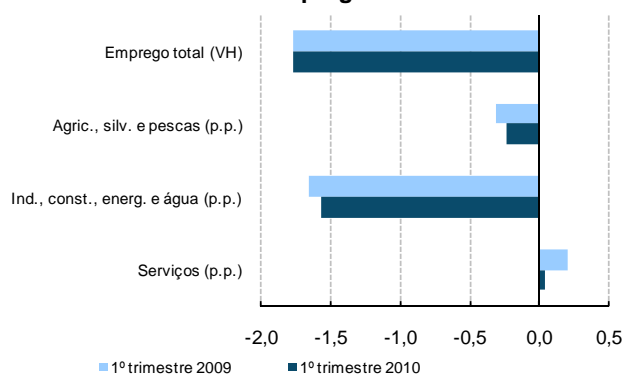
Figura 2.13. Taxa de Desemprego
(%)



Fonte: INE.

A variação homóloga do emprego total no 1.º trimestre diminuiu 1,8%, reflectindo o agravamento dos contributos negativos de todos os sectores de actividade, com excepção dos serviços que estabilizaram. De destacar o forte contributo negativo da indústria, construção, energia e água.

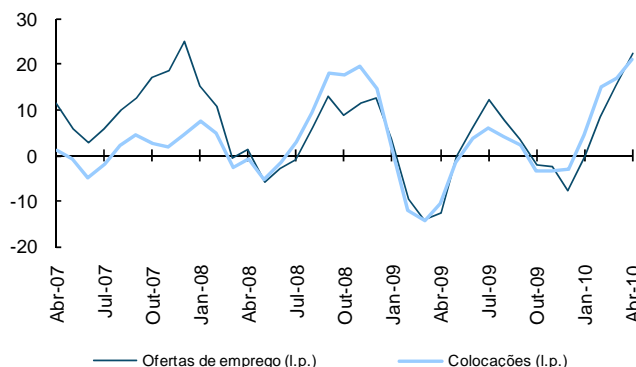
Figura 2.14. Contributos para o Crescimento do Emprego



Fonte: INE.

No final de Abril, o número total de pedidos de emprego ascendia a cerca de 570 mil, mais 16,1% que em igual período de 2009, mas representando uma variação marginalmente negativa face ao mês anterior (-0,2%). Contudo, quer as ofertas de emprego quer as colocações recuperaram. De facto, em termos homólogos, as ofertas de emprego registaram uma variação de 34,3% (16,6% em Março) e as colocações aumentaram 21,1% (aumento de 16,6% em Março).

Figura 2.15. Ofertas e Colocações
(MM3, VH, %)



Fonte: IEFP.

Até ao final de Abril, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento homólogo de 2,3%, representando um crescimento face ao mês anterior. O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a cerca de 714 mil trabalhadores, o que representa um aumento de cerca de 187 mil face a Abril de 2009.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

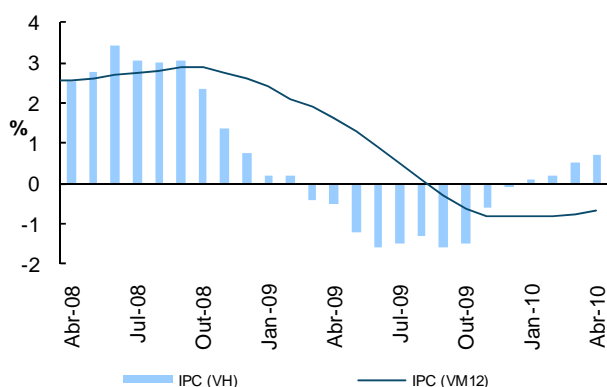
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	8,9	9,1	9,8	10,1	10,6	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-1,8	-2,9	-3,4	-3,0	-1,8	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	23,8	28,1	29,1	26,1	18,1	25,1	19,6	18,1	16,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	38,3	23,3	14,8	0,4	-3,9	-10	-9,2	-2,1	-7,5
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	-14,1	5,7	3,5	-7,7	15,4	15,0	22,8	10,4	34,3
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	2,5	3,0	2,8	2,8	1,9	1,6	1,9	1,9	2,3
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	3,9	2,7	4,8	5,0	2,9	0,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	3,6	4,3	3,0	2,2	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Abril, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 0,7%, 0,2p.p. acima do verificado no mês anterior. A variação em relação ao mês anterior foi de 0,4% (1,1% em Março de 2010).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)

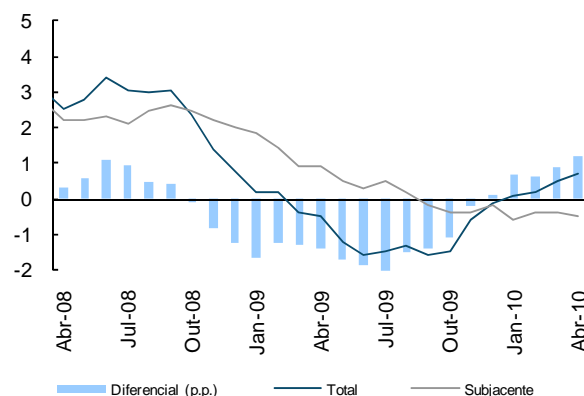


Fonte: INE.

Para esta evolução contribuiu o aumento, em termos homólogos, de 5% do preço dos transportes, de 4,1% do preço da habitação, água e electricidade e de 3,2% do preço das bebidas alcoólicas. No sentido contrário, a quebra de 3% no preço dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, traduziu-se no maior contributo negativo para a variação homóloga dos preços.

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) diminuiu para -0,5%, aumentando o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.17. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)

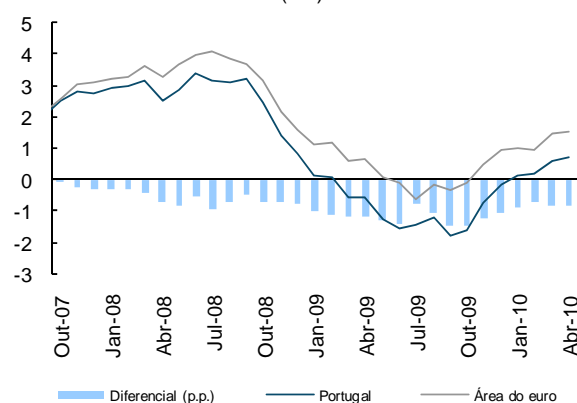


Fontes: INE.

A taxa de variação homóloga dos preços dos bens aumentou para 0,8%, 0,3p.p. superior ao valor registado em Março, facto determinante para o aumento da taxa de variação do IPC, enquanto que, nos serviços, a taxa de variação homóloga diminuiu para 0,6% (0,7% em Março).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 0,7% no mês de Abril, 0,8p.p. abaixo da variação homóloga na área do euro (1,5%).

Figura 2.18. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

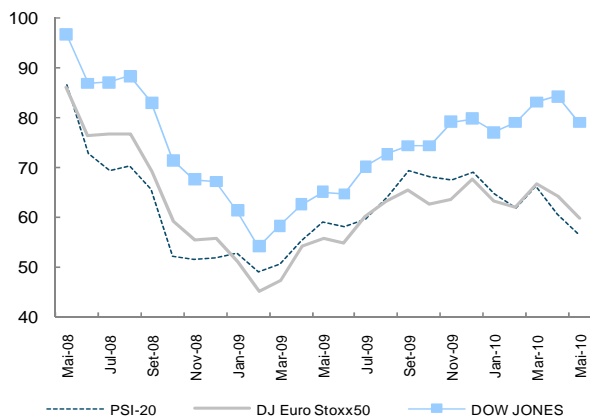
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009					2010			
				Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,3	0,2	:	0,2	0,1	-0,5	0,1	1,1	0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-1,3	-1,6	-1,5	-0,6	-0,1	0,1	0,2	0,5	0,7
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	-0,8	0,1	-0,3	-0,6	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7
IPC – Bens	VH	"	2,4	-3,3	-3,6	-3,1	-1,8	-0,9	-0,5	-0,3	0,5	0,8
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,9	1,4	1,1	1,2	1,4	0,9	1,0	0,7	0,6
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	0,2	-0,2	-0,4	-0,4	-0,2	-0,6	-0,4	-0,4	-0,5
IHPC	"	"	-0,9	-1,2	-1,8	-1,6	-0,8	-0,1	0,1	0,2	0,6	0,7
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-1,0	-1,5	-1,5	-1,3	-1,1	-0,9	-0,7	-0,8	-0,8

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais têm vindo a evoluir desfavoravelmente, influenciados, sobretudo pela crise orçamental grega, pelas medidas de apoio financeiro a este país e do impacto das medidas de austeridade de correcção do défice público.

Em termos médios, e até 19 de Maio, o índice *DJ Dow Jones* subiu 2,6% face ao final do ano de 2009; enquanto o índice *Euro Stoxx50* diminuiu 9,4%.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



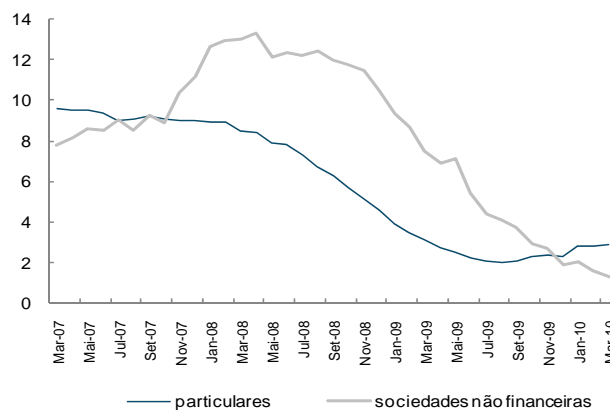
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Maio, o valor é do dia 19.

À semelhança da Europa, o índice PSI-20 tem evoluído negativamente. Em termos médios, e até 19 de Maio, o índice PSI-20 diminuiu 16,3% face ao final do ano de 2009.

Em Março de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu ligeiramente para 2,2% (2,3% em Fevereiro), em resultado da desaceleração do crédito destinado às empresas.

Contudo, o crédito destinado aos particulares acelerou para 2,9% (2,8% em Fevereiro), em virtude do aumento do crédito à habitação e ao consumo, para 3% e 1,9%, respectivamente (2,9% e 1,8%, em Fevereiro).

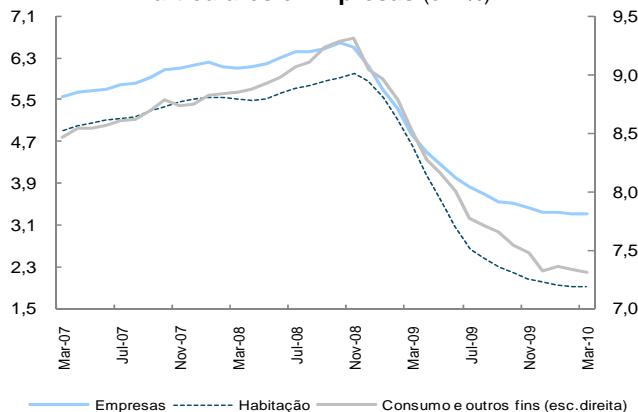
Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito continuaram a diminuir para os particulares, com uma redução mais pronunciada para o consumo e outros fins. Já em relação ao crédito destinado às empresas, verificou-se uma relativa estabilização face ao mês de Fevereiro, situando-se em 3,3%.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

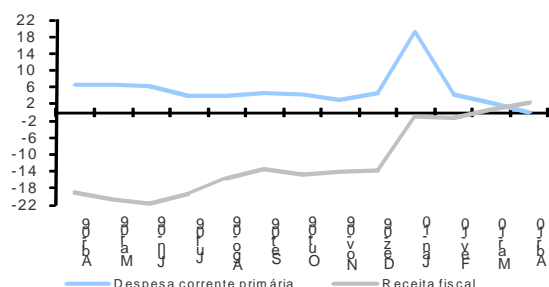
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009					2010			
				Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	3,9	3,8	3,8	3,8	4,0	4,4	4,4	4,2	5,2
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	68	62	55	59	65	120	134	110	220
PSI20*	VC	CMVM	33,5	7,3	8,3	-1,6	-1,0	2,5	-6,3	-4,6	7,2	-8,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,3	2,3	2,5	2,5	2,6	2,9	2,9	3,0	:
- para consumo	va**	"	1,7	2,6	2,7	2,4	2,2	1,7	1,6	1,8	1,9	:
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	4,1	3,7	2,8	2,7	1,9	2,0	1,6	1,3	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	2,45	2,30	2,17	2,07	2,00	1,96	1,93	1,91	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,70	3,55	3,51	3,43	3,34	3,33	3,31	3,32	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Abril, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 4561,9 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 298,1 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 3623,1 milhões de euros, menos 130,1 milhões de euros do que no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



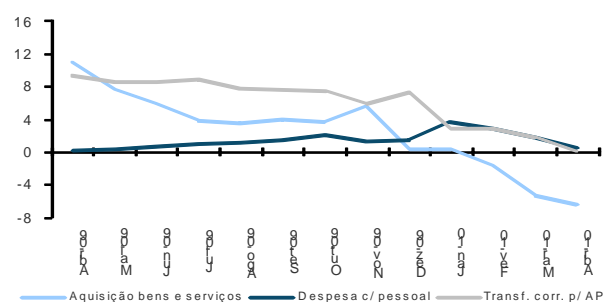
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 2,2%, justificado pelo acréscimo de 15,5% na receita dos impostos indirectos enquanto os impostos directos apresentaram uma variação negativa (-18,1%). Relativamente aos impostos directos, esta evolução reflecte, em larga medida, a diminuição da receita de IRS em 20,1% com a antecipação dos prazos de reembolso e o diferente padrão intra-anual das transferências para os municípios, e o decréscimo do IRC em 9,5% devido à diminuição da receita bruta deste imposto. No caso dos impostos indirectos, realça-se o aumento da receita do IVA em 14,8%, reflectindo a recuperação económica em curso, do imposto de consumo sobre o tabaco em 178,7% (devido ao aumento da introdução ao consumo no final do ano passado) e do imposto sobre veículos em 17,2; e
- um decréscimo da despesa total em 1,9%, e com um grau de execução inferior, 28,3%, ao valor do padrão de segurança (33,3%). A despesa corrente primária manteve-se relativamente estável, com uma redução de 0,1%. As despesas com o pessoal apresentam um cres-

cimento de 0,6%, em termos comparáveis¹, enquanto a aquisição de bens e serviços diminuiu 6,4%. As transferências correntes para as Administrações Públicas, corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado, apresentaram um ligeiro crescimento de 0,1%. A referida evolução das transferências correntes reflecte, sobretudo, o acréscimo das transferências para a Segurança Social e para o SNS. Os subsídios continuam a registar aumentos (11%), embora menores do que os verificados nos meses anteriores. Os encargos com juros decresceram significativamente reflectindo o diferente comportamento intra-anual desta rubrica.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.
Fontes: DGO e GPEARI.

No final de Abril, a dívida directa do Estado situou-se nos 139,9 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 4018 milhões de euros face ao final do mês anterior, isto é, uma variação de 3%. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro, Bilhetes do tesouro, ECP e CEDIC, parcialmente compensada pela amortização líquida de Certificados de Aforro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	31-Mar-10	Abr-10			30-Abr-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	114 507	5 219	915	- 72	118 739
Bilhetes do Tesouro	15 304	1 565	0	0	16 870
Obrigações do Tesouro	96 304	2 100	144	- 97	98 163
Não Transaccionável	21 422	4 905	5 119	0	21 208
Certificados de Aforro	16 695	46	128	0	16 613
CEDIC	4 445	4 165	4 150	0	4 461
Total	135 929	10 124	6 034	- 72	139 947

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2009		2010	
	Jan a Abr		Jan a Abr		Jan		Mar	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		VHA (%)	
Receita Total	9650	9668	26,7	23,8	-4,4	-3,5	-0,4	0,2
Receita corrente	9444	9471	27,1	24,2	-5,4	-3,8	-0,9	0,3
Impostos directos	3347	2742	24,5	18,3	-2,2	-3,9	-10,0	-18,1
Impostos indirectos	5144	5939	29,8	29,1	0,0	0,2	7,6	15,5
Despesa Total	14510	14230	29,0	28,3	13,6	2,0	-0,4	-1,9
Despesa corrente primária	12500	12491	30,7	31,0	19,0	4,3	2,2	-0,1
Despesa corrente	13607	13430	29,7	29,2	14,6	2,5	0,2	-1,3
Despesa com pessoal	3257	3205	28,1	28,7	1,4	0,6	-0,4	-1,6
Aquisição bens e serviços	317	297	19,4	17,8	0,3	-1,7	-5,2	-6,4
Subsídios	103	115	12,9	16,1	136,1	113,6	19,3	11,0
Juros	1107	939	21,8	16,5	-55,2	-41,0	-44,2	-15,2
Transferências corr. p/ AP	7609	7689	32,6	33,2	3,8	3,8	2,7	1,0
Saldo Global	-4860	-4562	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-3753	-3623	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

¹ Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

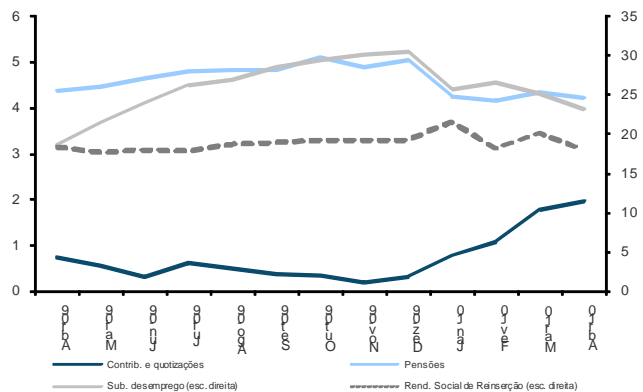
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Abril, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 476,1 milhões de euros, representando uma redução de 404 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

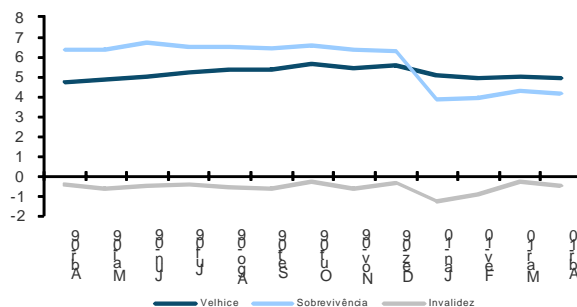
- um aumento da receita corrente em 3% em resultado do aumento das contribuições e quotizações (2%), das transferências do Fundo Social Europeu (82,9%) e das transferências correntes da Administração Central (11,3%); e
- um aumento da despesa corrente em 9,8%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (4,2%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (23,2%), outras prestações (12,4%), rendimento de reinserção social (17,9%), subsídio familiar a crianças e jovens (8,6%) e, embora com menor peso, complemento solidário para idosos (21,2%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se um aumento de 16,2% no subsídio de desemprego e social de desemprego e de 4,4% no subsídio de doença. As acções de formação profissional apresentam um novo crescimento (160,3%), com o aumento de 293,6% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



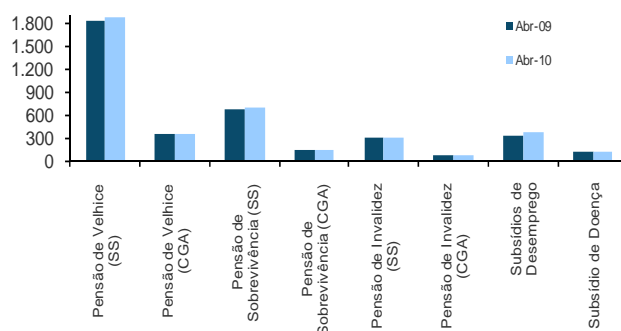
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Abril, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 32,3 milhões de euros, o qual compara com um saldo de 38,7 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 4,2%, devido ao aumento das contribuições (12,9%) e das transferências correntes (3,1%). A despesa corrente aumentou 4,5%, reflectindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (4,8%) e, com peso diminuto, da despesa com pessoal (1,7%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009	2010		2009	2010	2009	2010			
	Jan a Abr			Jan a Abr		Jan a Abr			Jan a Abr	
	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	7236	7451	3,0	32,6	31,4	2359	2457	4,2	29,2	29,8
Contribuições e quotizações	4235	4318	2,0	32,5	31,1	1028	1084	5,5	28,2	29,0
Transferências correntes da Adm. Central	2353	2388	1,5	36,8	35,1	1319	1361	3,2	31,1	33,9
Despesa Total	6356	6975	9,7	29,6	31,5	2320	2425	4,5	28,3	28,7
Pensões	3807	3968	4,2	29,2	29,0	2302	2411	4,7	28,2	28,7
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	625	770	23,2	35,1	48,8	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	1424	1534	7,7	35,6	37,3	-	-	-	-	-
Saldo Global	880	476	-	-	-	39	32	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Abril, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 809,6 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 7 milhões de euros face ao 1º quadrimestre de 2009. Chama-se a atenção para o facto de que a comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas².

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 5,4%, explicada pelo decréscimo da receita corrente, em 3,8%, resultante da variação de -2,1% nas transferências, de -19,6% nas taxas multas e outras penalidades e de -21,3% nas outras receitas correntes. A receita de capital também registou uma redução (-39,2%), tendo as transferências de capital caído 45,7%; e
- uma redução da despesa em 6,2%, com a despesa corrente e de capital a registarem reduções de 4,1% e 39,2%, respectivamente. Para a redução da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-20,5%), as outras despesas correntes (-44,1%), os subsídios (-42,8%) e as transferências correntes (-0,9%). Em sentido contrário, verificou-se um aumento na rubrica de aquisição de bens e serviços (5,7%). A despesa de capital apresenta decréscimos nas transferências de capital (-45,7%) e no investimento (-27,2%).

Serviço Nacional de Saúde

No 1º trimestre, a execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (SNS), numa óptica de compromissos e numa base comparável, apresentou um défice de 44 milhões de euros, apresentando decréscimos na receita cobrada (-1,4%) e na despesa total (-0,2%).

Até Abril, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 315,2 milhões de euros, registando um aumento de 25 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- uma redução de 0,6% na receita devido à diminuição das outras receitas correntes (-31,4%). Em sentido contrário, registou-se um aumento das transferências correntes em 0,6%; e
- uma redução da despesa em 1,6%, justificada pela diminuição das outras despesas correntes (-40,9%), da despesa com pessoal (-28,7%) e das transferências correntes (-59,3%). A aquisição de bens e serviços, por seu lado, aumentou 8,7%. Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas durante o ano de 2009, as quais se consubstanciam principalmente numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2009	2010	2010		2009	2010	2010	
	Jan a Mar		Mar	Abr	Jan a Mar		Mar	Abr
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	7 513	7 107	-5,2	-5,4	2 813	2 796	-1,1	-0,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1098	1085	8,2	-1,2	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	4 823	4 888	2,6	1,3	2 700	2 717	0,8	0,6
Despesa Total	6 711	6 298	-4,3	-6,2	2 522	2 481	-0,1	-1,6
Despesa com pessoal	820	652	-18,2	-20,5	238	170	-26,9	-28,7
Aquisição de bens e serviços	2 215	2 341	2,3	5,7	1966	2 138	4,2	8,7
Transferências correntes	2 839	2 815	0,8	-0,9	78	32	-57,6	-59,3
Saldo Global	802	810	-	-	290	315	-	-

Fonte: DGO.

² Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

Administrações Local e Regional

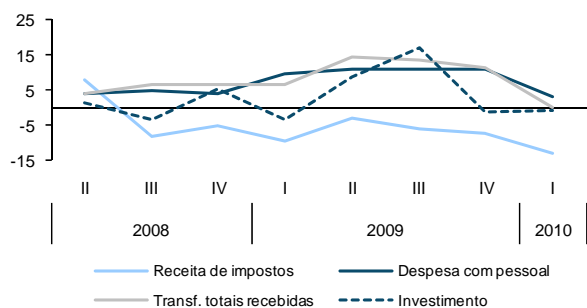
Administração Local*

No 1º trimestre, e na óptica da contabilidade pública, o défice provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 0,5 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 23,3 milhões de euros face igual período de 2009, considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 5%, reflectindo o comportamento negativo dos impostos directos (-15,7%), taxas, multas e outras penalidades (-9,3%) e rendimentos da propriedade (-2,8%). As transferências correntes e de capital, apresentaram comportamentos opostos, registando-se um decréscimo nas transferências de capital (-13,2%) e um aumento nas transferências correntes (0,4%); e
- um decréscimo da despesa total em 3,4%, reflectindo, especialmente, a diminuição dos juros e outros encargos (-61,3%), aquisição de bens e de serviços (-4,9%), transferências (-12,5%) e subsídios (-8%). O aumento da despesa com pessoal (3,1%) deve-se, fundamentalmente, à transferência efectiva de competências do Ministério da Educação para a Administração Local, especialmente no que concerne ao pessoal não docente.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

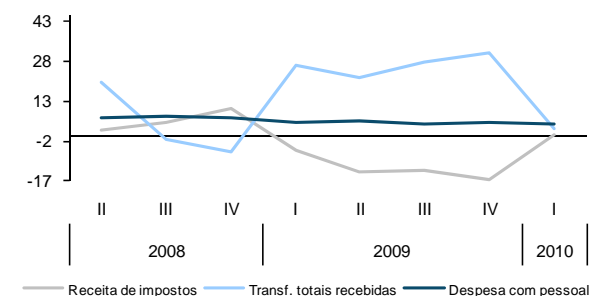
Administração Regional

No 1º trimestre, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 24,4 milhões de euros, que compara com um excedente orçamental de 10,6 milhões de euros no período homólogo, representando uma deterioração de 35 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 2,2%, devido, sobretudo, ao aumento das transferências correntes e de capital. É de notar o ligeiro aumento da receita fiscal (0,2%), explicado pela variação positiva dos impostos indirectos (1,7%) e pela variação negativa nos impostos indirectos (-2,9%). Em sentido contrário, constata-se reduções nas rubricas: venda de bens e serviços correntes, reposições não abatidas nos pagamentos e nas taxas, multas e outras penalidades; e
- um aumento da despesa total em 11,3%, reflectindo os acréscimos verificados na aquisição de bens e serviços (64,6%), transferências (25,9%) e despesas com pessoal (4,3%). Inversamente, as despesas de capital registaram uma diminuição, derivada da diminuição da rubrica investimento (-35,7%)

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2009		2010		2009		2010	
	Jan a Mar		Dez	Mar	Jan a Mar		Dez	Mar
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	1 423	1 351	0,2	-5,0	398	406	-5,4	2,2
Impostos	336	294	-7,1	-12,6	235	236	-16,6	0,2
Transferências correntes	500	502	11,5	0,4	118	122	30,8	2,8
Despesa total	1 400	1 352	4,8	-3,4	387	431	-6,1	11,3
Pessoal	501	517	11,1	3,1	172	179	4,8	4,3
Aquisição de bens e serviços	340	324	4,3	-4,9	41	68	-23,3	64,6
Transferências correntes	108	94	6,2	-12,5	96	121	13,2	25,9
Investimento	287	285	-1,2	-0,6	28	18	-31,4	-35,7
Saldo global	23	-0,5	-	-	11	-24	-	-

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2009 referem-se ao Universo Comparável.

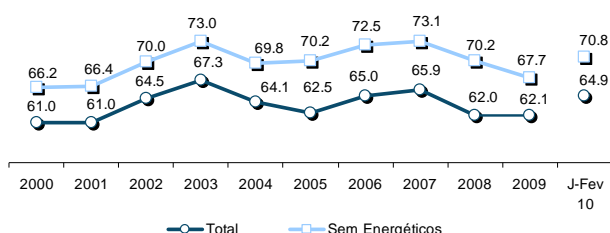
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2010 as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) diminuíram 12,5%, tendo as entradas, decrescido 13,8% em termos homólogos (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 12,6% e que as entradas diminuíram 11,1%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Fevereiro			TVH	
	2009	2010	TVH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	4 811	5 258	9.3	7.6	-12.5
Entradas (cif)	7 693	8 096	5.2	2.8	-13.8
(fob)	7 330	7 715	5.2	2.8	-13.8
Saldo (fob-cif)	- 2 882	- 2 838	-1.5	-4.4	-15.8
(fob-fob)	- 2 520	- 2 456	-2.5	-5.3	-16.1
Cobertura (fob/cif)	62.5	64.9	-	-	-
(fob/fob)	65.6	68.2	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	4 644	4 889	5.3	4.4	-12.6
Entradas (cif)	6 820	6 905	1.3	0.7	-11.1
(fob)	6 499	6 580	1.3	0.7	-11.1
Saldo (fob-cif)	- 2 176	- 2 016	-7.3	-6.2	-7.5
(fob-fob)	- 1 855	- 1 691	-8.8	-7.3	-6.9
Cobertura (fob/cif)	68.1	70.8	-	-	-
(fob/fob)	71.5	74.3	-	-	-
Extra UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	1 785	2 106	18.0	18.0	-13.7
Importações (cif)	2 448	3 243	32.5	32.5	-19.5
(fob)	2 333	3 091	32.5	32.5	-19.5
Saldo (fob-cif)	- 664	- 1 137	71.4	71.4	-29.9
(fob-fob)	- 548	- 985	79.5	79.5	-31.5
Cobertura (fob/cif)	72.9	64.9	-	-	-
(fob/fob)	76.5	68.1	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Março, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Fevereiro.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Nos últimos 3 meses (Dezembro de 2009 a Fevereiro de 2010), excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram um aumento (+4,4%) face ao período homólogo anterior, tendo as entradas registado também um acréscimo, de menor amplitude (+0,7%).

No período de Janeiro a Fevereiro de 2010, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 64,9% (70,8% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Dados preliminares do comércio extracomunitário, disponíveis para o período de Janeiro a Março de 2010, apontam para aumentos de 18,0% nas exportações e de 32,5% nas importações (Quadro 3.1).

Uma estimativa rápida de dados agregados para o mês de Março de 2010 do comércio intracomunitário, aponta para taxas de variação homólogas do comércio global (Intra+Extra) positivas no período de Janeiro a Março de 14,6% nas saídas e de 7,6% nas entradas de mercadorias, com o défice (Fob-Cif) a decrescer 3,7% (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Março
(estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Março		
	2009	2010	TVH
Saídas (fob)	7 412	8 490	14.6
Entradas (cif)	11 998	12 909	7.6
Saldo (fob-cif)	-4 587	-4 419	-3.7
Cobertura (fob/cif)	61.8	65.8	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Janeiro	3 977	3 945	-0.8	2 432	2 573	5.8
Fevereiro	3 716	4 151	11.7	2 379	2 686	12.9
Março	4 306			2 601		
Abril	3 878			2 477		
Maio	3 881			2 537		
Junho	4 276			2 640		
Julho	4 589			3 044		
Agosto	3 523			2 029		
Setembro	4 569			2 785		
Outubro	4 605			2 910		
Novembro	4 628			2 837		
Dezembro	4 126			2 416		
1º Trimestre	11 998			7 412		
2º Trimestre	12 035			7 653		
3º Trimestre	12 681			7 858		
4º Trimestre	13 359			8 163		

Com estimativa rápida do mês de Março no comércio Intra:

Mar	4 306	4 813	11.8	2 601	3 232	24.3
-----	-------	-------	------	-------	-------	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 5/2010:

www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de Fevereiro de 2010 e os do comércio extra-comunitário para o período de Janeiro a Março de 2010, correspondem a versões preliminares. No que respeita ao comércio intracomunitário estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas, em 2010, e 250 mil para as expedições, bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2010, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 12,5% (Quadro 3.4).

Neste período, nenhum dos grupos de produtos apresentou um crescimento positivo, tendo ocorrido quebras a dois dígitos nos grupos de produtos "Máquinas" (-25,2%), "Minérios e Metais" (-19,2%), "Material de Transporte" (-14,3%), "Energéticos" (-11,0%), "Peles Couros e Têxteis" (-10,9%), "Madeira Cortiça e Papel" (-10,1%).

Seguiram-se os grupos do "Vestuário e Calçado" (-9,9%), dos "Químicos" (-5,9%), dos "Agro-Alimentares" (-2,9%) e dos "Produtos Acabados Diversos" (-1,5%).

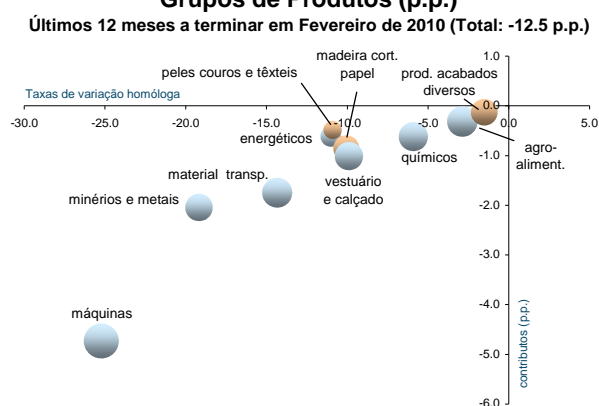
As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram descidas de 7,4% na componente "calçado", de 14,5% no "vestuário excepto de malha", e de 9,8% no "vestuário de malha".

De assinalar o vigoroso aumento das saídas de "Energéticos" nos dois primeiros meses de 2010 (+121,4%), facto que está relacionado com a paralisação da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro de 2009 até ao final de Fevereiro, na sequência de um incêndio.

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos negativos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, por grupos de produtos (Figura 3.2 e Quadro 3.4):

"Máquinas" (-4,7 p.p.), "Minérios e metais" (-2,0 p.p.), "Material de Transporte" (-1,7 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-1,0 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-0,8%), "Energéticos" e "Químicos" (-0,6 p.p. cada), "Peles, Couros e Têxteis" (-0,5 p.p.), "Agro-Alimentares" (-0,3%) e "Produtos Acabados Diversos" (-0,1 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
			Jan-Feb		anual		Jan-Feb		média anual 04-09**	últimos 12 meses	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]		TVH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	4 811	5 258	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.2	-12.5	-12.5	9.3	9.3
000 Agro-Alimentares	593	580	7.9	12.3	12.3	11.0	8.9	-2.9	-0.3	-2.1	-0.3
100 Energéticos	167	369	2.9	5.4	3.5	7.0	13.0	-11.0	-0.6	121.4	4.2
200 Químicos	492	615	9.5	11.4	10.2	11.7	3.5	-5.9	-0.6	25.0	2.6
300 Madeira, Cortiça e Papel	426	455	9.1	9.0	8.9	8.7	-0.4	-10.1	-0.8	6.9	0.6
400 Peles, Couros e Têxteis	215	229	5.6	4.4	4.5	4.3	-4.6	-10.9	-0.5	6.2	0.3
500 Vestuário e Calçado	654	572	14.1	10.5	13.6	10.9	-5.9	-9.9	-1.0	-12.4	-1.7
600 Minérios e Metais	444	501	8.3	9.7	9.2	9.5	3.1	-19.2	-2.0	12.9	1.2
700 Máquinas	791	813	19.0	16.4	16.4	15.5	-3.1	-25.2	-4.7	2.8	0.5
800 Material de Transporte	586	669	15.4	12.3	12.2	12.7	-4.5	-14.3	-1.7	14.2	1.7
900 Produtos Acabados Diversos	444	455	8.2	8.6	9.2	8.6	1.0	-1.5	-0.1	2.3	0.2
Por memória:											
Total sem energéticos	4 644	4 889	97.1	94.6	96.5	93.0	-0.7	-12.6	-11.9	5.3	5.1

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 10,8%, cabendo reduções de 11,0% aos países da UE-15 e de 6,5% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os Países Terceiros diminuíram 17,3% (Quadro 3.5).

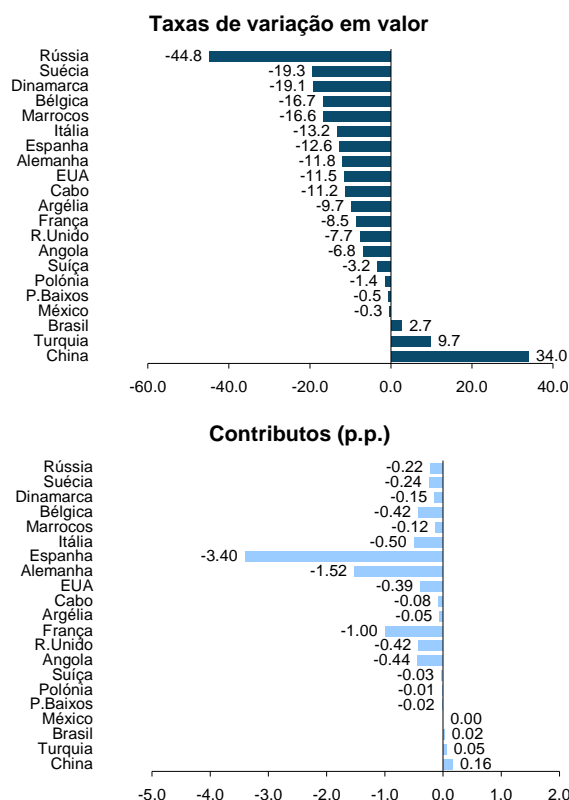
No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Suécia (-19,3%), Dinamarca (-19,1%), Bélgica (-16,7%), Itália (-13,2%), Espanha (-12,6%), Alemanha (-11,8%), França (-8,5%), Reino Unido (-7,7%) e Países Baixos (-0,5%). Entre os Países do Alargamento refere-se a Polónia (-1,4%) (Figura 3.3).

Neste período, regista-se, entre os Países Terceiros, o incremento das exportações portuguesas para a China (+34,0%), Turquia (+9,7%) e Brasil (+2,7%). Decresceram as exportações para a Rússia (-44,8%), Marrocos (-16,6%), EUA (-11,5%), Cabo Verde (-11,2%), Argélia (-9,7%), Angola (-6,8%) e Suíça (-3,2%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos negativos nos últimos 12 meses para a taxa de variação das saídas de mercadorias (-12,5%), em termos de mercados de destino, couberam a Espanha (-3,4 p.p.), Alemanha (-1,5 p.p.) e França (-1,0 p.p.) (Figura 3.3 e Quadro 3.5).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2010



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Jan-Fev		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
			anual		Jan-Fev		média anual 04-09*	12 meses [1]		Jan-Fev	
	2009	2010	2004	2009*	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	4 811	5 258	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.2	-12.5	-12.5	9.3	9.3
Intra UE-27	3 656	4 021	80.7	73.4	76.0	76.5	-2.0	-10.8	-8.0	10.0	7.6
dos quais:											
UE-15	3 526	3 856	79.1	70.5	73.3	73.3	-2.4	-11.0	-7.8	9.4	6.9
Espanha	1 291	1 461	25.5	25.3	26.8	27.8	-0.3	-12.6	-3.4	13.1	3.5
Alemanha	658	679	13.4	13.5	13.7	12.9	0.0	-11.8	-1.5	3.1	0.4
França	630	669	13.8	11.8	13.1	12.7	-3.2	-8.5	-1.0	6.3	0.8
R.Unido	244	295	9.5	5.7	5.1	5.6	-9.9	-7.7	-0.4	20.9	1.1
Itália	192	205	4.3	3.7	4.0	3.9	-3.0	-13.2	-0.5	7.0	0.3
P.Baixos	158	202	4.0	3.6	3.3	3.8	-2.4	-0.5	0.0	28.1	0.9
Bélgica	126	121	4.2	2.4	2.6	2.3	-10.5	-16.7	-0.4	-3.8	-0.1
Suécia	70	60	1.1	1.2	1.5	1.1	0.9	-19.3	-0.2	-14.0	-0.2
Dinamarca	45	39	0.8	0.7	0.9	0.7	-2.2	-19.1	-0.1	-14.6	-0.1
Alargamento	130	165	1.6	2.9	2.7	3.1	12.6	-6.5	-0.2	27.2	0.7
Polónia	36	49	0.5	0.9	0.7	0.9	12.7	-1.4	0.0	34.8	0.3
Extra UE-27	1 155	1 238	19.3	26.6	24.0	23.5	6.4	-17.3	-4.6	7.1	1.7
dos quais:											
Angola	363	280	2.3	7.7	7.5	5.3	27.3	-6.8	-0.4	-22.8	-1.7
EUA	148	210	5.9	3.4	3.1	4.0	-10.3	-11.5	-0.4	42.1	1.3
Brasil	33	55	0.5	1.0	0.7	1.0	13.8	2.7	0.0	66.8	0.5
Suíça	48	49	0.9	1.0	1.0	0.9	1.1	-3.2	0.0	1.1	0.0
Cabo Verde	31	32	0.5	0.8	0.6	0.6	9.8	-11.2	-0.1	3.2	0.0
China	20	32	0.3	0.8	0.4	0.6	17.0	34.0	0.2	62.0	0.3
Marrocos	25	33	0.5	0.7	0.5	0.6	8.4	-16.6	-0.1	31.2	0.2
México	11	20	0.2	0.7	0.2	0.4	23.4	-0.3	0.0	81.9	0.2
Turquia	19	35	0.6	0.7	0.4	0.7	3.2	9.7	0.1	81.2	0.3
Argélia	42	27	0.1	0.7	0.9	0.5	36.3	-9.7	-0.1	-35.9	-0.3
Por memória:											
Rússia	15	15	0.2	0.3	0.3	0.3	12.8	-44.8	-0.2	2.1	0.0
PALOP	419	342	0.0	0.0	8.7	6.5	24.0	-5.8	-0.4	-18.4	-1.6
EFTA	68	64	0.0	0.0	1.4	1.2	0.1	-9.2	-0.1	-6.6	-0.1

* O ano de 2009 na estrutura anual e na média anual 2004-2009 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2004.

[1] (Mar 09-Fev 10) / (Mar 08-Fev 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2010, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 13,8% (Quadro 3.6).

Ponderando os pesos no total das entradas, todos os grupos de produtos apresentaram contributos negativos: "Energéticos" (-4,5 p.p.), "Máquinas" (-3,4 p.p.), "Minérios e Metais" (-2,5 p.p.), "Material de Transporte" (-1,1 p.p.), "Agro-Alimentares" (-0,8 p.p.), "Peles, Madeira, Cortiça e Papel" (-0,5%), "Químicos" e "Têxteis, Vestuário e Calçado" (-0,4% cada), e "Produtos Acabados Diversos" (-0,3 p.p.). crf

No período de Janeiro a Fevereiro de 2010, a UE-27 foi a origem de 74,6% das entradas de mercadorias, cabendo 72,2% aos países da UE-15 e 2,4% aos Países do Alargamento (Quadro 3.6). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (31,8% do total), da Alemanha (11,5%) e de França (7,7%). Seguiram-se as dos Países Baixos (6,1%), de Itália (5,4%), do Reino Unido (3,2%) e da Bélgica (2,8%).

Entre os Países Terceiros (25,4% do total), assinalam-se as importações provenientes da China (2,7%), dos EUA (2,3%), do Brasil (1,5%), da Noruega e Argélia (1,3% cada), e da Nigéria (1,2%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 6,9% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas variação e contributos				
	Jan-Fev		Anual		Jan-Fev		média anual 04-09**	12 meses [1]		Jan-Fev	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	7 693	8 096	100.0	100.0	100.0	100.0	0.3	-13.8	-13.8	5.2	5.2
Grupos de Produtos											
000-Agro-Alimentares	1 074	1 089	12.6	14.6	14.0	13.4	3.4	-5.7	-0.8	1.4	0.2
100-Energéticos	873	1 191	11.0	13.9	11.3	14.7	5.1	-27.9	-4.5	36.4	4.1
200-Químicos	1 181	1 249	13.9	15.3	15.3	15.4	2.3	-3.1	-0.4	5.8	0.9
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	372	372	5.0	4.4	4.8	4.6	-2.2	-10.8	-0.5	0.2	0.0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	603	594	7.5	6.4	7.8	7.3	-2.8	-6.9	-0.4	-1.5	-0.1
500-Minérios e Metais	621	699	9.6	8.0	8.1	8.6	-3.2	-25.5	-2.5	12.5	1.0
600-Máquinas [3]	1 515	1 349	20.9	18.9	19.7	16.7	-1.7	-17.4	-3.4	-11.0	-2.2
700-Material de Transporte [4]	957	1 080	14.0	12.7	12.4	13.3	-1.6	-9.0	-1.1	12.9	1.6
800-Prod. Acabados Diversos	497	473	5.7	5.8	6.5	5.8	0.4	-5.4	-0.3	-4.9	-0.3
Total sem energéticos	6 820	6 905	89.0	86.1	88.7	85.3	-0.4	-11.1	-9.3	1.3	1.1
Mercados de origem											
Intra UE-27	6 191	6 040	78.0	76.3	80.5	74.6	-0.1	-10.7	-8.0	-2.4	-2.0
dos quais:											
UE-15	6 009	5 842	76.2	73.9	78.1	72.2	-0.3	-11.1	-8.1	-2.8	-2.2
Espanha	2 512	2 573	30.0	31.0	32.7	31.8	1.0	-10.7	-3.3	2.4	0.8
Alemanha	1 039	931	14.2	12.8	13.5	11.5	-1.8	-15.2	-1.9	-10.4	-1.4
França	667	625	9.3	8.8	8.7	7.7	-1.0	-8.5	-0.7	-6.3	-0.5
Itália	440	435	6.0	5.2	5.7	5.4	-2.7	-9.8	-0.5	-1.1	-0.1
P. Baixos	504	495	4.6	5.3	6.6	6.1	3.3	-5.3	-0.3	-1.8	-0.1
R. Unido	258	258	4.6	3.2	3.3	3.2	-6.7	-13.5	-0.4	0.2	0.0
Bélgica	226	231	2.9	2.9	2.9	2.8	0.2	-9.5	-0.3	2.2	0.1
Suécia	103	79	1.3	1.1	1.3	1.0	-2.3	-28.9	-0.4	-23.6	-0.3
Irlanda	73	71	0.8	1.0	0.9	0.9	4.6	-11.6	-0.1	-2.4	0.0
Alargamento	182	198	1.8	2.5	2.4	2.4	7.0	6.2	0.1	8.7	0.2
Extra UE-27	1 502	2 056	22.0	23.7	19.5	25.4	1.7	-22.8	-5.8	36.9	7.2
dos quais:											
Nigéria	108	101	1.5	2.7	1.4	1.2	12.7	-17.2	-0.4	-6.5	-0.1
China	199	221	1.0	2.4	2.6	2.7	19.4	-15.2	-0.3	10.8	0.3
Brasil	69	118	1.9	1.9	0.9	1.5	0.7	-23.9	-0.5	69.2	0.6
EUA	154	186	2.3	1.9	2.0	2.3	-4.0	-7.2	-0.1	20.9	0.4
Noruega	63	106	1.2	1.3	0.8	1.3	2.0	-7.0	-0.1	67.5	0.6
Rússia	41	49	1.3	1.1	0.5	0.6	-3.0	67.2	0.4	18.9	0.1
Arábia Saud.	64	71	0.7	0.9	0.8	0.9	6.0	-34.9	-0.4	10.0	0.1
Líbia	36	72	0.8	0.7	0.5	0.9	-1.3	-56.3	-0.8	100.2	0.5
Suíça	44	53	0.7	0.7	0.6	0.7	1.7	-10.3	-0.1	18.6	0.1
Japão	53	47	1.4	0.6	0.7	0.6	-15.2	-49.1	-0.5	-11.1	-0.1
Turquia	46	45	0.8	0.6	0.6	0.6	-4.2	-19.3	-0.1	-2.7	0.0
Coreia SL	30	38	0.5	0.6	0.4	0.5	2.4	-8.8	0.0	25.5	0.1
Argélia	34	108	1.1	0.6	0.4	1.3	-10.9	-42.9	-0.4	215.5	1.0
Índia	46	47	0.4	0.6	0.6	0.6	8.8	-37.5	-0.3	2.2	0.0
OPEP[5]	341	556	4.9	6.4	4.4	6.9	5.9	-34.8	-2.9	63.2	2.8
EFTA	109	159	1.9	2.0	1.4	2.0	1.4	-9.2	-0.2	46.0	0.7
PALOP	46	158	0.1	0.4	0.6	2.0	38.5	-17.7	-0.1	241.7	1.5

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2009 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2004.

[1] (Mar 09-Fev 10) / (Mar 08-Fev 09) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

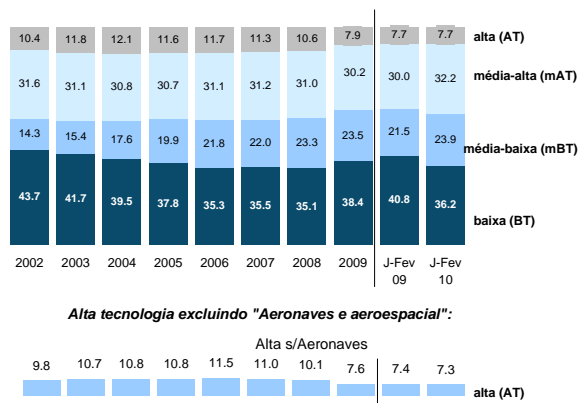
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, que não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Fevereiro de 2010* registou-se, em termos homólogos, um acréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 51,5% para 56,1% (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

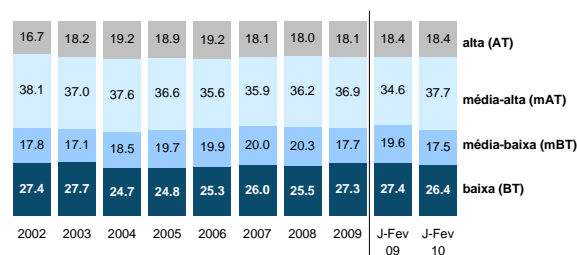


O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* manteve-se em 7,7%.

Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, desceu de 40,8% para 36,2%.

Na Figura 3.5 encontra-se representado o peso relativo das entradas dos produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica, desde 2002³.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.
Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2002 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-1ª versão do ano; 2010-versão preliminar).

Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2002 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-1ª versão do ano; 2010-versão preliminar).

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Fevereiro		Taxas variação (%)			% do total prod. indust. transf.		Contributos ⁽¹⁾ (p.p.)			
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Fev 2010/09	2008	2009	Jan-Fev			
									2009	2010	2009	2010
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	27 869 819	4 349 889	4 574 063	-0.4	-19.8	5.2	100.0	100.0	100.0	100.0	-19.8	5.2
Alta tecnologia	2 209 164	332 832	350 118	-8.4	-40.3	5.2	10.6	7.9	7.7	7.7	-4.3	0.4
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 120 610	319 215	334 003	-6.8	-39.3	4.6	10.1	7.6	7.4	7.3	-4.0	0.3
Média-alta tecnologia	8 419 708	1 306 022	1 471 505	-0.8	-21.8	12.7	31.0	30.2	30.0	32.2	-6.7	3.8
Média-baixa tecnologia	6 539 132	934 627	1 095 471	5.5	-19.1	17.2	23.3	23.5	21.5	23.9	-4.5	3.7
Baixa tecnologia	10 701 814	1 776 408	1 656 969	-1.0	-12.4	-6.7	35.1	38.4	40.8	36.2	-4.4	-2.7
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	29 351 210	4 546 325	4 814 171	-0.2	-20.1	5.9	100.0	100.0	100.0	100.0	-20.1	5.9
Residual	1 481 392	196 436	240 108	5.0	-25.1	22.2	5.4	5.0	4.3	5.0	-1.4	1.0
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	38 934 890	6 197 418	5 816 258	0.3	-17.1	-6.2	100.0	100.0	100.0	100.0	-17.1	-6.2
Alta tecnologia	7 049 317	1 142 125	1 068 572	-0.9	-16.8	-6.4	18.0	18.1	18.4	18.4	-3.0	-1.2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 383 259	1 051 537	958 516	-0.9	-18.1	-8.8	16.8	16.7	17.2	16.8	-3.1	-1.5
Média-alta tecnologia	14 370 206	2 142 617	2 192 067	-0.1	-15.5	2.3	36.2	36.9	34.6	37.7	-5.6	0.8
Média-baixa tecnologia	6 887 266	1 213 886	1 019 376	-0.6	-27.7	-16.0	20.3	17.7	19.6	17.5	-5.6	-3.1
Baixa tecnologia	10 628 101	1 698 790	1 536 242	2.3	-11.3	-9.6	25.5	27.3	27.4	26.4	-2.9	-2.6
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	46 493 968	7 202 136	7 161 224	0.3	-20.9	-0.6	100.0	100.0	100.0	100.0	-20.9	-0.6
Residual	7 559 078	1 004 718	1 344 966	0.4	-35.7	33.9	20.0	16.3	14.0	18.8	-7.1	4.7

* Saídas de mercadorias correspondem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2002 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar do ano; 2010 - versão preliminar).

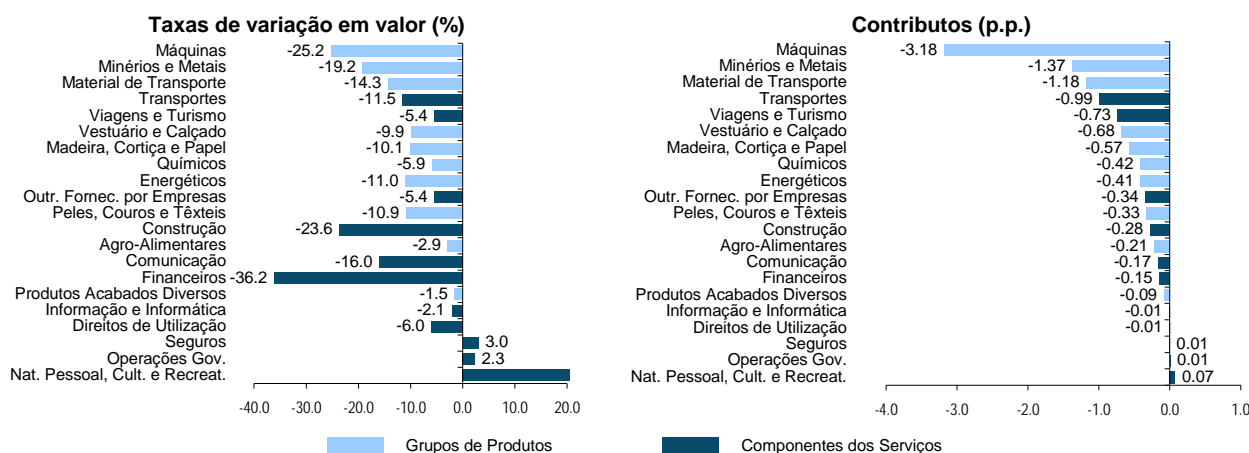
³ Para maior detalhe consultar: "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 5/2010 - www.gee.min-economia.pt

Comércio Internacional de Bens e Serviços

Dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Fevereiro de 2010*, revelam que o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 29,7% do lado das “exportações” (crédito), e de 17,0% na vertente das “importações” (débito). Nos últimos 12 meses, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 11,0% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Bens (-8,4 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Serviços (-2,6 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2010



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Janeiro a Fevereiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Jan-Fev		média anual 03-08	12 meses [2]		Jan-Fev	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		TVH	contrib. p.p.[1]	TVH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	7 125	7 511	100.0	100.0	100.0	100.0	2.8	-11.0	-11.0	5.4	5.4
Bens	4 847	5 277	71.6	65.8	68.0	70.3	1.0	-12.5	-8.4	8.9	6.0
Serviços	2 278	2 234	28.4	34.2	32.0	29.7	6.6	-7.9	-2.6	-1.9	-0.6
Transportes	643	628	5.5	8.7	9.0	8.4	12.6	-11.5	-1.0	-2.3	-0.2
Viagens e Turismo	719	740	14.9	14.5	10.1	9.9	2.2	-5.4	-0.7	3.0	0.3
Comunicação	78	67	0.9	1.0	1.1	0.9	6.1	-16.0	-0.2	-14.3	-0.2
Construção	82	58	0.8	1.1	1.2	0.8	7.9	-23.6	-0.3	-29.4	-0.3
Seguros	18	20	0.3	0.2	0.3	0.3	-0.7	3.0	0.0	11.5	0.0
Financeiros	30	18	0.4	0.3	0.4	0.2	-3.1	-36.2	-0.1	-41.9	-0.2
Informação e Informática	42	39	0.3	0.5	0.6	0.5	17.9	-2.1	0.0	-7.9	0.0
Direitos de Utilização	42	6	0.1	0.2	0.6	0.1	37.8	-6.0	0.0	-86.0	-0.5
Outr. Fornec. por Empresas	564	581	4.6	6.8	7.9	7.7	11.2	-5.4	-0.3	3.0	0.2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	34	45	0.4	0.5	0.5	0.6	7.8	20.6	0.1	33.1	0.2
Operações Governamentais	27	33	0.4	0.4	0.4	0.4	1.5	2.3	0.0	24.1	0.1
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	9 153	9 347	100.0	100.0	100.0	100.0	2.4	-13.5	-13.5	2.1	2.1
Bens	7 502	7 758	85.3	82.6	82.0	83.0	1.7	-14.5	-12.2	3.4	2.8
Serviços	1 651	1 590	14.7	17.4	18.0	17.0	5.9	-8.4	-1.4	-3.7	-0.7
Transportes	453	444	4.5	5.0	5.0	4.7	4.5	-12.6	-0.6	-2.1	-0.1
Viagens e Turismo	407	405	4.3	4.6	4.4	4.3	4.0	-7.0	-0.3	-0.4	0.0
Comunicação	72	63	0.6	0.8	0.8	0.7	8.3	-15.3	-0.1	-12.5	-0.1
Construção	32	13	0.2	0.2	0.3	0.1	-1.3	-38.8	-0.1	-60.5	-0.2
Seguros	35	43	0.4	0.3	0.4	0.5	-0.6	1.1	0.0	22.3	0.1
Financeiros	38	26	0.3	0.3	0.4	0.3	4.8	-36.6	-0.1	-29.6	-0.1
Informação e Informática	61	41	0.3	0.6	0.7	0.4	17.1	-1.6	0.0	-31.9	-0.2
Direitos de Utilização	67	86	0.5	0.6	0.7	0.9	5.2	12.2	0.1	28.0	0.2
Outr. Fornec. por Empresas	388	375	2.7	3.9	4.2	4.0	9.9	-4.5	-0.2	-3.3	-0.1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	77	73	0.6	0.8	0.8	0.8	10.8	9.7	0.1	-4.8	0.0
Operações Governamentais	21	20	0.3	0.2	0.2	0.2	-2.6	-23.6	-0.1	-8.3	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Previsões Macroeconómicas da CE e do FMI - Primavera de 2010

Nos meses de Abril e Maio, o FMI e a CE divulgaram as previsões de Primavera, contendo novas projecções macroeconómicas para 2010 e 2011. Face às previsões de Outono de 2009, o PIB mundial foi revisto em alta para estes dois anos, abrangendo a generalidade dos países considerados (Quadro 1). Após uma recessão profunda, em 2009, particularmente acentuada das economias avançadas e um abrandamento do crescimento económico dos países emergentes e em desenvolvimento, perspectiva-se uma recuperação da actividade económica, de forma mais pronunciada nos EUA, Japão e nas principais economias emergentes asiáticas (China e Índia).

Para a União Europeia, espera-se uma melhoria gradual do crescimento do PIB, mas mais lento e menos forte, devido em parte aos efeitos da crise financeira na deterioração do mercado de trabalho e na necessidade de implementar uma política orçamental mais restritiva no sentido de corrigir os elevados défices públicos atingidos em 2009. No entanto, no ano de 2010, o PIB deverá continuar a diminuir, em termos reais, em Espanha, Grécia, Irlanda, Chipre, Letónia e Lituânia.

Quadro 1. PIB

	(variação anual real, em %)					Desvios face a Outono de 2009, em p.p.			
	2009	2010		2011		2010		2011	
		CE	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI	CE
Economia Mundial	-0,9	4,0	4,2	4,0	4,3	0,9	1,1	0,5	0,1
Economias Avançadas	-3,2	:	2,3	:	2,4	:	1,0	:	-0,1
EUA	-2,4	2,8	3,1	2,5	2,6	0,6	1,6	0,5	-0,2
Japão	-5,2	2,1	1,9	1,5	2,0	1,0	0,2	1,4	1,1
União Europeia	-4,2	1,0	1,0	1,7	1,8	0,3	0,5	0,1	0,0
Reino Unido	-4,9	1,2	1,3	2,1	2,5	0,3	0,4	0,2	0,0
Área do Euro	-4,1	0,9	1,0	1,5	1,5	0,2	0,7	1,6	0,0
Alemanha	-5,0	1,2	1,2	1,6	1,7	0,0	0,9	-0,1	0,2
França	-2,2	1,3	1,5	1,5	1,8	0,1	0,6	0,0	0,0
Itália	-5,0	0,8	0,8	1,4	1,2	0,1	0,6	0,0	0,5
Espanha	-3,6	-0,4	-0,4	0,8	0,9	0,4	0,3	-0,2	0,0
Portugal	-2,7	0,5	0,3	0,7	0,7	0,2	-0,1	-0,3	:
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	2,4	:	6,3	:	6,5	:	1,2	:	0,4
Rússia	-7,9	3,7	4,0	4,0	3,3	1,4	2,5	1,3	0,3
China	8,7	10,3	10,0	9,4	9,9	0,7	1,0	-0,1	0,2
Índia	5,7	8,1	8,8	8,0	8,4	1,7	2,4	0,6	1,1
Brasil	-0,2	5,7	5,5	4,5	4,1	1,5	2,0	0,3	0,6

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Maio 2010; FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2010.

Associado à expectativa de uma recuperação económica mais cedo do que a inicialmente prevista e à aceleração dos preços das matérias-primas, a taxa de inflação foi revista em alta, devendo aumentar em 2010 e 2011, embora permanecendo fraca para a maioria das economias avançadas.

Quadro 2. Taxa de inflação e preço das matérias-primas

	(variação anual, em %)					Desvios face a Outono de 2009, em p.p.		
	2009	2010		2011		2010		2011
		CE	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI
Economias Avançadas	0,1	:	1,5	:	1,4	:	0,4	:
EUA	-0,4	1,7	2,1	0,3	1,7	0,9	0,4	0,2
Japão	-1,4	-0,5	-1,4	-0,4	-0,5	-0,1	-0,6	-0,7
União Europeia	1,0	1,8	1,5	1,7	1,5	0,5	0,4	0,1
Reino Unido	2,2	2,4	2,7	1,4	1,6	1,0	1,2	-0,2
Área do Euro	0,3	1,5	1,1	1,7	1,3	0,4	0,3	0,2
Alemanha	0,2	1,3	0,9	1,5	1,0	0,5	0,7	0,5
França	0,1	1,4	1,2	1,6	1,5	0,3	0,1	0,2
Itália	0,8	1,8	1,4	2,0	1,7	0,0	0,5	0,0
Espanha	-0,3	1,6	1,2	1,6	1,0	0,8	0,3	-0,4
Portugal	-0,9	1,0	0,8	1,4	1,1	-0,3	-0,2	0,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,2	:	6,2	:	4,7	:	1,3	:
Rússia	11,7	9,0	7,0	7,8	5,7	0,0	-2,9	0,0
China	0,7	3,9	3,1	4,9	2,4	:	2,5	:
Índia	10,9	:	13,2	:	5,5	:	4,8	:
Brasil	4,9	:	5,1	:	4,6	:	1,0	:
<i>em memória:</i>								
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	62,0	84,5	80,0	89,2	83,0	8,0	3,5	8,7
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	-19,0	23,1	13,9	1,5	-0,5	17,3	11,5	0,6

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Maio 2010; FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2010.

Para a área do euro (AE), as componentes do PIB que mais desaceleraram em 2009 foram o investimento (-11%) e as exportações (-13%), reflectindo a fraqueza da procura interna e externa e o aumento das condições mais restritivas na concessão do crédito. A melhoria da conjuntura internacional e os efeitos das medidas de política orçamental e monetária no relançamento da economia da AE são factores que deverão contribuir para uma recuperação significativa das exportações, já a partir deste ano, estando previsto um crescimento de 5%, em média, nos anos de 2010 e 2011. Quanto ao investimento, apesar da CE perspectivar uma recuperação em 2010 (-2,6%), só deverá apresentar um valor positivo em 2011. O consumo privado deverá manter-se moderado, determinado por um fraco crescimento dos salários e pela continuação da quebra do emprego.

Associado ao fraco crescimento económico, o mercado de trabalho deve deteriorar-se, estando previsto uma subida da taxa de desemprego para 10,4% para a AE, em média, nestes dois anos, embora a um nível inferior ao perspectivado no Outono. Neste domínio, convém destacar que, no conjunto da AE, para 2010, a CE prevê uma subida significativa da taxa de desemprego na Grécia, Eslováquia, Irlanda e Espanha.

Quadro 2. Taxa de desemprego

	Em % da População Activa					Desvios face a Outono de 2009, em p.p.		
	2009	2010		2011		2010		2011
	CE	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI	CE
Economias Avançadas	8,0	:	8,4	:	8,0	:	-0,9	:
EUA	9,3	9,7	9,4	9,8	8,3	-0,4	-0,7	-0,4
Japão	5,1	5,3	5,1	5,3	4,9	-1,0	-1,0	-1,7
Área do Euro	9,4	10,3	10,5	10,4	10,5	-0,4	-1,2	-0,5
Alemanha	7,5	7,8	8,6	7,8	9,3	-1,4	-2,1	-1,5
França	9,5	10,2	10,0	10,1	9,9	0,0	-0,3	0,1
Itália	7,8	8,8	8,7	8,8	8,6	0,1	-1,8	0,1
Espanha	18,0	19,7	19,4	19,8	18,7	-0,3	-0,8	-0,7
Portugal	9,6	9,9	11,0	9,9	10,3	0,9	0,0	1,0
Bélgica	7,9	8,8	9,3	9,0	9,4	-1,1	-0,6	-1,3
Irlanda	11,9	13,8	13,5	13,4	13,0	-0,2	-2,0	0,2
Grécia	9,5	11,8	12,0	13,2	13,0	1,6	1,5	2,2
Chipre	5,3	6,7	6,1	7,0	6,4	0,1	0,2	0,3
Malta	6,9	7,3	7,3	7,2	7,2	-0,1	-0,3	-0,1
Luxemburgo	5,4	6,1	6,2	6,4	5,7	-1,2	0,2	-1,3
Países Baixos	3,4	4,9	4,9	5,2	4,7	-0,5	-1,7	-0,8
Áustria	4,8	5,1	5,4	5,4	5,5	-0,9	-1,0	-0,3
Eslovénia	5,9	7,0	7,4	7,3	6,8	-1,3	1,3	-1,2
Finlândia	8,2	9,5	9,8	9,2	9,6	-0,7	0,0	-0,7
Eslováquia	12,0	14,1	11,6	13,3	10,7	1,3	1,3	0,7
Alguns Países da União Europeia, dos quais:								
Reino Unido	7,6	7,8	8,3	7,4	7,9	-0,9	-1,0	-0,6
Dinamarca	6,0	6,9	4,2	6,5	4,7	1,1	0,0	0,9
Suécia	8,3	9,2	8,2	8,8	7,7	-1,0	0,0	-1,3
Rep. Checa	6,7	8,3	8,8	8,0	8,5	0,4	-1,0	0,6

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, Maio 2010; FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2010.

Artigos

Em Análise

A Evolução Recente da Actividade Turística em Portugal

Eugénia Pereira da Costa e Merícia Gouveia¹

1. Introdução

Neste artigo pretende-se evidenciar a importância da actividade turística em Portugal, enquadrando-a no contexto turístico internacional e analisando o seu contributo para a economia nacional e, numa óptica regional, a sua evolução nos anos mais recentes. Complementarmente, identificam-se algumas medidas específicas do turismo recentemente implementadas para fazer face à situação de crise económica e impulsionar a competitividade do sector.

Na análise efectuada está em grande parte subjacente as ópticas do turismo receptor², assim como a do turista³. O período temporal analisado diz respeito a 2007/2008 e sempre que possível foram considerados dados já divulgados para o ano de 2009 (ainda que provisórios) e perspectivas conhecidas para 2010. Para permitir uma comparação temporal mais alargada, considerou-se o início da década ou o mais aproximado, consoante o indicador e a disponibilidade de dados comparáveis.

2. O Turismo Português no Contexto Mundial

A crise financeira internacional agravou-se significativamente no último trimestre de 2008 produzindo efeitos recessivos na economia global, que se prolongaram ao longo do ano de 2009 e se repercutiram na actividade turística mundial.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT)⁴ das Nações Unidas, e com base em valores provisórios, no **turismo receptor**, as chegadas a nível mundial de turistas internacionais no ano de 2008 atingiram os 922 milhões, representando um acréscimo de cerca de 2% face a 2007, nitidamente abaixo dos crescimentos homólogos dos anos precedentes (6% em 2007 e 5,5% nos dois anos anteriores). As estimativas da OMT⁵ apontam para um declínio de 4% nas chegadas internacionais (880 milhões) em 2009 e perspectivam um crescimento entre 3% e 4% em 2010.

Em matéria de receitas globais do turismo mundial, as estimativas apontam para valores da ordem dos 944 mil milhões de dólares (642 mil milhões de euros) em 2008, correspondendo a um crescimento homólogo em termos reais de 1,8%, muito próximo do crescimento das chegadas. Para 2009, as estimativas baseadas nas tendências dos três primeiros trimestres apontam para um decréscimo de 6% nas receitas globais.

No quadro das regiões a nível mundial, a Europa continua a liderar de uma forma destacada, registando em 2008 um volume de cerca de 488 milhões de chegadas (quota de mercado de 52,9%) e um montante de receitas de aproximadamente 474 mil milhões de dólares (quota de mercado de 50,1%). A Ásia e Pacífico foi a região que mais quota conquistou nas chegadas, passando de 16% em 2000 para 22% em 2008. As estimativas para 2009 indicam que a Europa é uma das regiões mais atingidas pela queda nas chegadas, perspectivando-se uma descida de 6%, e de 2% para a Ásia e Pacífico.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação (Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão). As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade das autoras.

² Inclui as actividades dos visitantes residentes no estrangeiro que viajam num outro país, fora do seu ambiente habitual.

³ Visitante que permanece pelo menos uma noite num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado.

⁴ UNWTO (*United Nations World Tourism Organization*), *World Tourism Barometer*, volume 6, nº 2 e nº 3, de Junho e Outubro de 2008, respectivamente.

⁵ *UMWTO World Tourism Barometer*, volume 8, nº 1 de Janeiro de 2010.

Quadro 1. Principais países de destino em termos de chegadas e de receitas em 2000, 2007 e 2008

Rank em 2008	Países	Chegadas de turistas não residentes							Rank em 2008	Países	Receitas do turismo internacional					
		Milhões			Taxa de Variação (%)		Quotas de mercado (%)				Mil milhões de dólares			Taxa de Variação (%) **	Quotas de mercado (%)	
		2000	2007	2008*	2008/00	2008/07	2000	2008*			2000	2007	2008*	2008*/07	2000	2008*
1	França	77,2	81,9	79,3	2,7	-3,2	11,3	8,6	1	EUA	82,4	96,7	110,1	13,8	17,3	11,7
2	EUA	51,2	56,0	58,0	13,3	3,6	7,5	6,3	2	Espanha	30,0	57,6	61,6	-0,4	6,3	6,5
3	Espanha	46,4	58,7	57,3	23,5	-2,4	6,8	6,2	3	França	30,8	54,3	55,6	-4,6	6,5	5,9
4	China	31,2	54,7	53,0	69,9	-3,1	4,6	5,7	4	Itália	27,5	42,7	45,7	-0,1	5,8	4,8
5	Itália	41,2	43,7	42,7	3,6	-2,3	6,0	4,6	5	China	16,2	37,2	40,8	9,7	3,4	4,3
6	Reino Unido	23,2	30,9	30,2	30,2	-2,3	3,4	3,3	6	Alemanha	18,7	36,0	40,0	3,5	3,9	4,2
7	Ucrânia	6,4	23,1	25,4	295,0	10,0	0,9	2,8	7	Reino Unido	21,9	38,6	36,0	1,6	4,6	3,8
8	Turquia	9,6	22,2	25,0	160,8	12,6	1,4	2,7	8	Austrália	9,3	22,3	24,7	10,3	2,0	2,6
9	Alemanha	19,0	24,4	24,9	31,1	2,0	2,8	2,7	9	Turquia	7,6	18,5	22,0	18,7	1,6	2,3
10	México	20,6	21,4	22,5	9,2	5,1	3,0	2,4	10	Áustria	9,8	18,9	21,8	7,5	2,1	2,3
20***	Portugal	12,1	12,3	1,8	..	27	Portugal	5,2	10,1	10,9	0,5	1,1	1,2
	Mundo	684,0	904,0	922,0	34,8	2,0	100,0	100,0		Mundo	475,0	857,0	944,0	..	100,0	100,0

Fonte: Cálculos GEE, com base no UNWTO World Tourism Barometer, volume 7, nº 2 de Junho de 2009.

Notas: Chegadas de turistas internacionais às fronteiras (com a exclusão de excursionistas) para todos os países, com excepção da Alemanha que contabiliza as chegadas a estabelecimentos de turismo colectivo; As receitas do turismo resultam das despesas efectuadas pelos visitantes estrangeiros em alojamento, comida e bebida, gasolina, transportes no país, compras, etc.; * valores provisórios; ** calculada com base nas divisas locais, a preços correntes, com excepção da China e da Turquia cuja base é o dólar; *** dados de 2007; .. dados não disponíveis.

A nível de países (Quadro 1), a França, os EUA e a Espanha mantêm as suas posições destacadas como líderes entre os principais países de destino turístico, quer nas chegadas de turistas quer nos montantes de receitas. Continua a destacar-se também, em 2008, em termos de países emergentes, o dinamismo da China (4º lugar nas chegadas e 5º nas receitas), e também o crescimento acentuado da Turquia (8º nas entradas e 9º nas receitas), que regista as maiores taxas nos dois indicadores, face aos dez primeiros classificados. **Portugal** está em 20º lugar nas chegadas em 2007⁶ (quota de 1,4%) e 27º em receitas em 2008 (quota de 1,2%), tendo registado um aumento modesto neste último indicador.

No âmbito do **turismo emissor** e quanto às despesas em turismo efectuadas a nível mundial (Quadro 2), constata-se que em 2008 as primeiras dez posições se mantêm praticamente inalteradas, com excepção da décima, com a entrada dos Países Baixos. A Alemanha, os EUA e o Reino Unido continuam a destacar-se claramente nas três primeiras posições (cerca de 25% do total mundial). A China é o país que regista maior crescimento homólogo em 2008 (21,4%), seguida da Rússia (11,8%), em contraste com o Japão que desce 7,6%. **Portugal** é 38º em 2008, mantém uma quota de mercado de 0,5%, idêntica à de 2000, registando um crescimento da ordem dos 2,4% face a 2007.

Quadro 2. Principais países em despesas de turismo em 2000, 2007 e 2008

Rank em 2008	Países	Despesa (Mil milhões dólares)			Taxa de Variação (%) **	Peso (%)	
		2000	2007	2008*	2008*/07	2000	2008*
1	Alemanha	53,0	83,1	91,2	2,3	11,2	9,7
2	EUA	64,7	76,4	79,7	4,4	13,6	8,4
3	Reino Unido	38,4	71,4	68,5	4,4	8,1	7,3
4	França	17,8	36,7	43,1	9,6	3,7	4,6
5	China	13,1	29,8	36,2	21,4	2,8	3,8
6	Itália	15,7	27,3	30,8	4,9	3,3	3,3
7	Japão	31,9	26,5	27,9	-7,6	6,7	3,0
8	Canadá	12,4	24,7	26,9	8,4	2,6	2,8
9	Federação Russa	8,8	22,3	24,9	11,8	1,9	2,6
10	Países Baixos	12,2	19,1	21,7	6,2	2,6	2,3
38	Portugal	2,2	3,9	4,3	2,4	0,5	0,5
	Mundo	475,0	857,0	944,0	..	100,0	100,0

Fonte: Cálculos GEE, com base no UNWTO World Tourism Barometer, volume 7, nº 2 de Junho de 2009.

Notas: Despesas em turismo efectuadas fora do país de residência por visitantes (excursionistas e turistas) de um dado país de origem; * Valores provisórios; ** Calculada com base nas divisas locais, a preços correntes, com excepção da China e da Federação Russa, que estão em dólares; .. dados não disponíveis

⁶ Dados disponíveis para 2007 devido à suspensão em 2008 do Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras do INE.

No contexto da UE decorre a finalização do documento referente ao Novo Quadro da Política para o Turismo,⁷ sendo uma das suas principais orientações a promoção da Europa nos principais mercados de países terceiros, nomeadamente, EUA, Japão, China e Rússia (países que integram o top 10 dos que mais gastam em turismo).

3. A Importância da Actividade Turística na Economia Nacional

De acordo com a mais recente Conta Satélite do Turismo 2007-2009⁸ do INE, a contribuição do sector do Turismo⁹ para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia foi de 4,9% em 2006, tendo apresentado face ao ano anterior, um crescimento nominal superior ao da economia, ou seja, 8,1% para o Turismo e 3,7% para a economia (Quadro 3). Em 2007 e 2008 o peso do Turismo no VAB total situa-se em 5,1% (valor mais alto desde 2000), mas com tendência de crescimentos do VAB mais acentuados em 2007 no Turismo (13,1%) em comparação com os da economia (5,3%) enquanto que em 2008 as posições invertem-se e o VAB da economia cresce mais que o do turismo (2,7% contra 1,3%).

Quadro 3. Peso do Turismo na Economia e no Emprego

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Contribuição do Turismo para o VAB da Economia (10 ⁶ Euros)	5 054	5 484	5 443	5 333	5 787	5 900	6 378	7 213	7 309	6 956
Peso do Turismo no VAB (%)	4,7	4,9	4,6	4,4	4,6	4,6	4,9	5,1	5,1	
Taxa de variação do VAB do Turismo (%)		8,5	-0,7	-2,0	8,5	2,0	8,1	13,1	1,3	-4,8
Consumo Turístico Interior (10 ⁶ Euros)	12 307	12 878	12 726	12 577	13 450	13 969	15 149	17 125	17 327	16 461
Peso do Consumo Turístico no PIB (%)	10,1	10,0	9,4	9,1	9,3	9,4	9,7	10,5	10,4	
Taxa de variação do Consumo Turístico(%)		4,6	-1,2	-1,2	6,9	3,9	8,4	13,0	1,2	-5,0
Emprego nas Actividades Características do Turismo*	387 865	398 807	399 329	409 526	421 660	432 560	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Peso do Emprego nas Act. Caract. Turismo no Emprego na	7,1	7,2	7,1	7,4	7,6	7,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de variação do Emprego do Turismo (%)		2,8	0,1	2,6	3,0	2,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Por memória:</i>										
VAB da Economia (10 ⁶ Euros)	106 545	112 817	117 751	120 465	125 310	128 363	133 055	140 144	143 899	n.d.
Taxa de variação do VAB da Economia (%)		5,9	4,4	2,3	4,0	2,4	3,7	5,3	2,7	n.d.
PIB pm (10 ⁶ Euros)	122 270	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 051	166 436	n.d.
Taxa de variação do PIB da Economia (%)		5,8	4,7	2,3	4,0	3,5	4,2	4,9	2,1	n.d.
Emprego na Economia*	5 500 411	5 570 360	5 610 201	5 569 825	5 559 047	5 551 683	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de variação do Emprego da Economia (%)		1,3	0,7	-0,7	-0,2	-0,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Notas: Os dados da Conta Satélite do Turismo para 2007 e 2008 são preliminares e os de 2009 representam a 1ª estimativa do ano. * Número de postos de trabalho; n.d.= Não disponível
Fonte: INE, Conta Satélite do Turismo 2000-2002, 2003-2004, 2005-2006 e 2007-2009

A despesa em Consumo Turístico Interior¹⁰ cresceu 8,4% em 2006, após uma evolução nominal de 3,9% em 2005. Os dados preliminares para 2007 apontam para crescimentos mais acentuados, na ordem dos 13%, sendo mais modesta a evolução em 2008 (1,2%). Ainda assim, este indicador atingiu valores que representam, nestes dois anos, um peso de cerca de 10,5% do PIB.

O emprego nas actividades características do Turismo registou, desde 2003, uma evolução mais favorável que a da economia (2,6 % em 2005 face a 2004) que tem vindo a registar algum abrandamento (-0,1% no mesmo período) (Quadro 3). Por seu lado o peso do emprego nas actividades características do Turismo no total do emprego na economia tem vindo a crescer, atingindo 7,8% em 2005¹¹.

Analisando o lado da procura turística por parte dos visitantes não residentes, com base na Balança de Pagamentos do Banco de Portugal, verifica-se que as receitas do Turismo¹², que representam uma parcela do consumo turístico interior, mantêm o nível de 4,5% do PIB, em 2007 e 2008 (Figura 1). De acordo com esta fonte, a actividade turística em Portugal apresentou em 2008 um crescimento de 0,5%

⁷ Documento da Comissão Europeia em fase de apreciação e aprovação.

⁸ Dados definitivos para 2005 e 2006, preliminares para 2007 e 2008 e primeira estimativa do ano para 2009.

⁹ Inclui: Produtos Característicos (Alojamento; Restauração e bebidas; Transporte de passageiros; Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos; Serviços culturais; Recreação e lazer; Outros serviços de turismo), Produtos Conexos (produtos que, apesar de não serem típicos do turismo num contexto internacional, podem sê-lo num determinado país) e Produtos Não Específicos (bens e serviços não directamente relacionados com o turismo, mas que são alvo do consumo turístico).

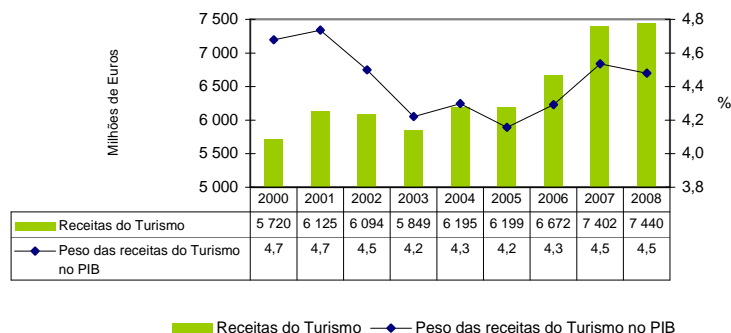
¹⁰ O Consumo Turístico Interior engloba as despesas de consumo em turismo efectuadas pelos residentes e não residentes, em Portugal, no âmbito de uma deslocação para fora do seu ambiente habitual, por motivos de negócios e/ou outros.

¹¹ Dados mais recentes para o emprego disponibilizados pela Conta Satélite do Turismo.

¹² Não inclui transporte de passageiros, mas inclui todas as despesas efectuadas por trabalhadores de fronteira e sazonais ou estudantes e doentes durante a sua estada na economia visitada, ainda que por períodos superiores a 12 meses.

após desempenhos bastante positivos em 2006 e 2007 em que as receitas do turismo registaram, respectivamente, crescimentos de 7,6% e 10,9%.

Figura 1. Peso das receitas do Turismo no PIB, 2000-2008



Fontes: INE - PIB; BP - Receitas do Turismo

O peso das receitas do Turismo na exportação de bens e serviços (Quadro 4) tem vindo a descer desde 2001, passando de 16,2% neste ano para 13,3% em 2008. Para 2009 perspectiva-se uma descida generalizada destes indicadores, mais acentuada na exportação de bens e serviços, resultando numa subida do peso do Turismo (14,5%) a uma dimensão que não se verificava desde 2005.

Entre 2000 e 2008, o saldo da Balança Turística, sempre positivo, apresentou uma evolução favorável situando-se, em 2008, em cerca de 4,5 mil milhões de euros, o que corresponde a 2,7% do PIB, nível ligeiramente inferior ao de 2004, ano da realização do Euro (Quadro 4). Os valores provisórios para 2009 indicam uma queda de 7,1% nas receitas e de 6,7% no saldo da Balança Turística.

Quadro 4. Peso do Turismo na Exportação de Bens e Serviços e Balança Turística, 2000-2009

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas do Turismo (10 ⁶ Euros)	5 720	6 125	6 094	5 849	6 195	6 199	6 672	7 402	7 440	6 913
Despesas do Turismo (10 ⁶ Euros)	2 422	2 363	2 247	2 131	2 225	2 454	2 658	2 869	2 939	2 712
Exportação de Bens e Serviços (10 ⁶ Euros)	36 566	37 814	38 436	39 278	41 613	43 248	49 342	54 784	56 140	47 553
Peso do Turismo na Exportação de Bens e Serviços (%)	15,6	16,2	15,9	14,9	14,9	14,3	13,5	13,5	13,3	14,5
Saldo da Balança Turística (10 ⁶ Euros)	3 298	3 762	3 847	3 718	3 971	3 744	4 014	4 533	4 501	4 201
Saldo no PIB (%)	2,7	2,9	2,8	2,7	2,8	2,5	2,6	2,8	2,7	n.d.

Fonte: Banco de Portugal e INE

Nota: Dados provisórios para 2008 e 2009 nas receitas e despesas das viagens e turismo.

4. A Evolução Recente da Actividade Turística em Portugal, por Países e Regiões

Segundo dados do INE¹³, a maioria dos turistas que se desloca a Portugal utiliza o transporte aéreo (cerca de 60% em 2007). Em 2009 face a 2008, o **tráfego aéreo** em Portugal, de acordo com a ANA Aeroportos de Portugal (Quadro 5), registou uma descida generalizada no número de movimentos (-14,8 mil voos, -5,2%) e de passageiros (-906 mil passageiros, -3,3%) em todos os aeroportos, com destaque para os de Lisboa e Faro, que no conjunto representam cerca de 80% da quebra de passageiros verificada. Em 2008, o tráfego aéreo envolveu cerca de 27,4 milhões de passageiros, crescendo 2,7% face a 2007, com o aeroporto do Porto a registar a maior subida quer no movimento de passageiros quer no de voos¹⁴. Por seu lado, os voos ascenderam a cerca de 283,7 mil no total a que correspondeu um aumento de cerca de 2,5% em relação a 2007.

¹³ Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2007.

¹⁴ Inclui embarcados e desembarcados, nacionais e internacionais.

Quadro 5. Tráfego aéreo em 2007, 2008 e 2009

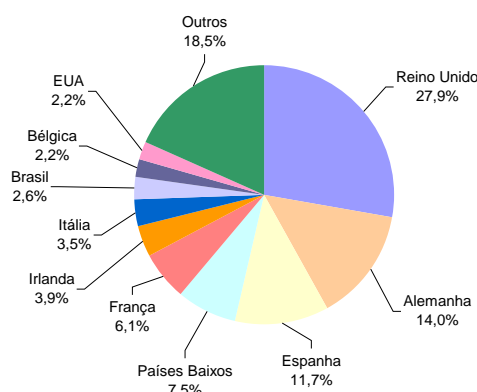
Aerportos	Nº de movimentos				Milhares de passageiros			
	2007	2008	2009	Taxa variação 2008/2007 (%)	2007	2008	2009	Taxa variação 2008/2007 (%)
Lisboa	139 519	140 016	132 381	0,4	13 392	13 604	13 261	1,6
Porto	50 745	56 095	52 194	10,5	3 987	4 535	4 508	13,7
Faro	40 253	39 789	37 328	- 1,2	5 470	5 447	5 062	- 0,4
Açores (1)	21 499	21 997	21 997	2,3	1 281	1 265	1 224	- 1,3
Madeira (2)	24 802	25 816	25 019	4,1	2 564	2 577	2 467	0,5
TOTAL	276 818	283 713	268 919	2,5	26 695	27 428	26 521	2,7

Fonte: ANA Aeroportos de Portugal

Notas: (1) - Inclui os aeroportos de Ponta Delgada, S. Maria, Horta e Flores; (2) - Inclui os aeroportos do Funchal e do Porto Santo.

Considerando o movimento total de passageiros desembarcados de voos internacionais em 2008¹⁵ (13,4 milhões e crescimento homólogo de 3,2%) verificou-se que os voos *low cost* (quota de 30%) tiveram um acréscimo de 25,5% em relação ao período homólogo enquanto os voos tradicionais e os *charters* decresceram 2,5% (quota de 60%) e 12,9%, respectivamente. Durante o ano de 2009 assistiu-se a uma quebra homóloga de 5,4%, sentida nos três tipos de voos, e que se traduziu num decréscimo de cerca de 3 milhões de passageiros. Os cinco principais mercados de origem, Reino Unido, Espanha, França, Alemanha e Brasil, representaram em 2008 e 2009 cerca de 65% do total de passageiros desembarcados.

Figura 2. Dormidas de não residentes, por país de residência habitual, 2008



Fonte: GEE, com base no INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2008

Considerando as **dormidas** nos estabelecimentos hoteleiros de não residentes em Portugal, em 2008, verifica-se que estão concentradas em cerca de 10 países (81,6% do total do Estrangeiro), sendo 8 países da UE15, o Brasil e os EUA. Neste ano, o número de dormidas de turistas estrangeiros em Portugal situou-se nos 26,2 milhões, menos cerca de 2% em relação a 2007 e mais 11,2% face a 2002¹⁶. O Reino Unido ocupou a 1ª posição com 7,3 milhões de dormidas, representando cerca de 28% do total do Estrangeiro, seguido da Alemanha (3,7 milhões e 14%) e da Espanha (3 milhões e 11,7%), (Quadro 6 e Figura 2).

¹⁵ Turismo de Portugal, "Os resultados do Turismo" 2008 e 2009.

¹⁶ A escolha de 2002 como ano de comparação ficou a dever-se à alteração efectuada na metodologia de apuramento dos dados dos estabelecimentos hoteleiros pelo INE e que inviabilizou a comparação com os valores dos anos anteriores.

Quadro 6. Dormidas e estada média por países de residência habitual em 2002, 2007 e 2008

Dormidas por países de residência habitual						Estada média por países de residência habitual					
Países de Residência	2002	2007	2008	Taxa	Taxa	Países de Residência	2002	2007	2008	Variação 2008-2002	Variação 2008-2007
				variação 2008/2002 (%)	variação 2008/2007 (%)						
Reino Unido	7 406	7 705	7 302	-1,4	-5,2	Países Baixos	6,0	5,4	5,4	-0,6	0,0
Alemanha	4 105	3 851	3 658	-10,9	-5,0	Irlanda	7,1	5,4	5,3	-1,8	-0,1
Espanha	2 068	3 381	3 069	48,4	-9,2	Reino Unido	5,6	5,4	5,2	-0,4	-0,2
Países Baixos	1 825	1 826	1 974	8,2	8,1	Alemanha	5,2	5,0	4,7	-0,5	-0,3
França	1 156	1 442	1 590	37,6	10,3	Bélgica	4,3	3,8	3,6	-0,7	-0,2
Irlanda	971	1 047	1 024	5,4	-2,3	França	2,6	2,8	2,8	0,2	0,0
Itália	780	1 011	929	19,1	-8,1	Espanha	2,3	2,4	2,4	0,1	0,0
Brasil	325	559	673	107,1	20,4	Itália	2,4	2,5	2,4	0,0	-0,1
Bélgica	529	602	586	10,7	-2,8	EUA	2,4	2,4	2,4	0,0	0,0
EUA	625	653	568	-9,1	-13,0	Brasil	2,3	2,2	2,2	-0,1	0,0
UE (excepto Portugal)	20 486	23 328	22 722	10,9	-2,6	UE (excepto Portugal)	4,4	4,0	3,9	-0,5	-0,1
Estrangeiro	23 563	26 769	26 204	11,2	-2,1	Estrangeiro	4,2	3,8	3,7	-0,5	-0,1
Portugal	10 646	12 968	13 024	22,3	0,4	Portugal	2,2	2,1	2,1	-0,1	0,0
Total Geral	34 209	39 737	39 228	14,7	-1,3	Total Geral	3,2	3,0	2,9	-0,3	-0,1

Fonte: GEE, com base no INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2002, 2007 e 2008

Entre 2007 e 2008 (Quadro 7), as dormidas globais nos estabelecimentos hoteleiros recuaram cerca de 1%, correspondendo a um decréscimo dos **proveitos totais**¹⁷ da mesma dimensão, contrariando o desempenho registado face a 2002, em que as dormidas aumentaram cerca de 15% e os proveitos tiveram acréscimos de 34%. Os valores provisórios para 2009 apontam para uma quebra no total das dormidas de cerca de 6,5%, face ao ano homólogo, que ficou a dever-se à queda acentuada das dormidas de residentes no estrangeiro (-10,7%), cuja quota é de 63,7%, já que as dormidas de nacionais subiram 2,2%. Em consequência, os proveitos totais recuaram 9,6% em 2009. Este comportamento das dormidas é similar ao verificado na média dos países da UE¹⁸, que em geral assistiram, em 2009, a uma queda de 5,1% das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e similares, registando uma evolução negativa mais acentuada nas dormidas de não residentes (9,1%) do que na de residentes (1,6%). De acordo com a mesma fonte, em geral, os Europeus fizeram viagens mais curtas, gastando menos por viagem e preferindo passar férias nos próprios países (Caixa 1).

Quadro 7. Dormidas, taxa de ocupação-cama e proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, por regiões em 2002, 2007 e 2008

Regiões (NUTS II)	Dormidas (milhares)					Taxa líquida de ocupação-cama (%)			Proveitos totais (milhões de euros)				
	2002	2007	2008	Estutura 2008 (%)	Taxa variação 2008/2007 (%)	2007	2008	Variação 2008-2007 (pp)	2002	2007	2008	Estutura 2008 (%)	Taxa variação 2008/2007 (%)
Portugal	34209	39737	39228	100,0	-1,3	43,0	41,3	-1,7	1466,1	1943,6	1964,6	100,0	1,1
Continente	27962	32562	31892	81,3	-2,1	41,0	39,0	-2,0	1192,8	1606,8	1612,1	82,1	0,3
Norte	3262	4229	4251	10,8	0,5	32,4	31,5	-1,0	161,7	208,4	213,7	10,9	2,5
Centro	1953	3851	3880	9,9	0,8	30,1	29,4	-0,7	83,0	180,9	189,4	9,6	4,7
Lisboa	7548	8679	8410	21,4	-3,1	48,0	45,4	-2,6	437,4	577,1	570,5	29,0	-1,1
Alentejo	904	1099	1086	2,8	-1,2	30,3	30,1	-0,2	42,0	59,3	56,9	2,9	-4,0
Algarve	14294	14704	14265	36,4	-3,0	46,0	43,3	-2,7	468,7	581,1	581,5	29,6	0,1
Reg. A. Açores	778	1184	1128	2,9	-4,8	39,8	36,9	-2,9	36,1	55,0	54,6	2,8	-0,6
Reg. A. Madeira	5469	5990	6208	15,8	3,6	60,3	60,6	0,4	237,1	281,8	297,8	15,2	5,7

Fonte: GEE, com base no INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2002, 2007 e 2008

Analisando a **estrutura regional**, em 2008, (Quadro 7), o Algarve permanece a região que atraiu mais visitantes (36,4% das dormidas), assim como a que contabilizou mais proveitos (29,6% do total). Lisboa atingiu nível idêntico nos proveitos (29% do total) mas registou proporcionalmente menor peso de dormidas (21,4% do total). A Região Autónoma da Madeira foi a 3ª região mais procurada (cerca de 16% do total das dormidas), manteve a taxa de ocupação-cama mais elevada (60,6%) e foi simultaneamente a região que mais cresceu em dormidas e proveitos totais em 2008. As regiões do Norte e Centro, cujo peso é relativamente inferior no total das dormidas (10,8% e 9,9%), registaram aumentos dos proveitos acima da média nacional (respectivamente 2,5% e 4,7%).

¹⁷ Inclui os proveitos de aposento, os proveitos de restauração e outros proveitos decorrentes da própria actividade, como por exemplo, aluguer de salas, lavandaria, telefone, etc.

¹⁸ Fonte: Eurostat, *Data in focus*, 4/2010.

Quadro 8. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por regiões e principais países de residência, 2008

Região	Portugal		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Reg. A. Açores		Reg. A. Madeira	
País de Residência	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)
Reino Unido	7 302,1	34,2	140,7	9,6	67,6	5,9	522,0	11,9	18,4	8,0	4 748,6	49,2	40,8	16,4	1 764,1	41,3
Alemanha	3 657,5	17,1	154,1	10,5	99,2	8,7	555,5	12,7	32,9	14,3	1 424,7	14,8	64,0	25,8	1 327,1	31,1
Espanha	3 069,5	14,4	538,6	36,7	443,1	38,9	1 131,7	25,9	74,0	32,2	635,7	6,6	24,0	9,6	222,5	5,2
Países Baixos	1 974,2	9,2	61,4	4,2	43,7	3,8	211,2	4,8	19,1	8,3	1 375,6	14,3	42,9	17,3	220,4	5,2
França	1 590,5	7,4	199,0	13,5	174,3	15,3	500,7	11,5	28,4	12,4	290,6	3,0	21,1	8,5	376,4	8,8
Irlanda	1 023,5	4,8	16,4	1,1	31,6	2,8	89,2	2,0	1,9	0,8	809,7	8,4	8,2	3,3	66,4	1,6
Itália	929,1	4,3	127,2	8,7	146,3	12,9	444,5	10,2	17,1	7,5	81,8	0,8	11,4	4,6	100,8	2,4
Brasil	673,0	3,1	133,4	9,1	59,1	5,2	415,0	9,5	13,4	5,8	29,8	0,3	3,6	1,4	18,8	0,4
Bélgica	585,6	2,7	46,3	3,2	26,5	2,3	175,5	4,0	10,8	4,7	177,9	1,8	4,7	1,9	143,9	3,4
EUA	568,1	2,7	52,0	3,5	46,8	4,1	325,0	7,4	13,6	5,9	71,6	0,7	27,8	11,2	31,3	0,7
Sub-total	21 372,9	100,0	1 469,1	100,0	1 138,1	100,0	4 370,1	100,0	229,5	100,0	9 646,0	100,0	248,4	100,0	4 271,7	100,0
Portugal	13 023,7	33,2	2 417,7	56,9	2 478,9	63,9	2 502,8	29,8	794,1	73,1	3 537,1	24,8	529,9	47,0	763,2	12,3
Estrangeiro	26 204,2	66,8	1 833,1	43,1	1 401,3	36,1	5 907,6	70,2	291,5	26,9	10 728,1	75,2	597,6	53,0	5 444,9	87,7
UE	22 721,9	57,9	1 439,2	33,9	1 156,5	29,8	4 209,9	50,1	225,6	20,8	10 084,9	70,7	508,3	45,1	5 097,5	82,1
Total Geral	39 227,9	100,0	4 250,8	100,0	3 880,3	100,0	8 410,4	100,0	1 085,7	100,0	14 265,2	100,0	1 127,5	100,0	6 208,1	100,0

Fonte: Cálculos GEE, com base em INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2008

Em matéria de destino turístico regional (Quadro 8), a Região Autónoma da Madeira, o Algarve, Lisboa e a Região Autónoma dos Açores atraíram em 2008, mais turistas estrangeiros que nacionais, ao invés das restantes três regiões. O Algarve e a Região Autónoma da Madeira atraíram destacadamente os residentes no Reino Unido, seguindo-se os turistas alemães. Nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo predominaram os visitantes espanhóis, que demonstraram uma marcada preferência por Lisboa. A Região Autónoma dos Açores atraiu maioritariamente turistas alemães e holandeses, que representaram no conjunto cerca de 43% do total das dormidas dos 10 principais países emissores na região.

Em termos de **estada média** de hóspedes¹⁹ em Portugal, constata-se que entre 2002 e 2008, a estada média de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros diminuiu de 4,2 para 3,9 noites, com a maior queda (-1,8 noites) a verificar-se nos residentes na Irlanda, cuja estada média passou de 7,1 para 5,3 noites. Em 2008, os países com estadas médias mais altas foram os Países Baixos, a Irlanda e o Reino Unido, e as mais baixa as da Espanha, Itália, EUA e Brasil. Em 2009, os valores provisórios apontam para uma estada média de 2,0 noites para os residentes nacionais e de 3,6 para os estrangeiros (quebra de 0,1 noites em ambas as situações, face a 2008).

A taxa líquida de **ocupação-cama** em Portugal, entre 2007 e 2008²⁰, diminuiu 1,7 pp, com as maiores descidas a verificarem-se na Região Autónoma dos Açores, Algarve e Lisboa. Em termos de rendimento por quarto disponível (RevPar) a média para Portugal, em 2008, é de 31,3€, com Lisboa a destacar-se ao atingir os 46,3€ e o Algarve a situar-se na proximidade do valor nacional. Refira-se, complementarmente, que a capacidade de alojamento total aumentou em cerca de 9 mil camas entre 2007 e 2008 (passou de 264,7 mil para 274,0 mil o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos de alojamento turístico colectivo²¹ podem alojar).

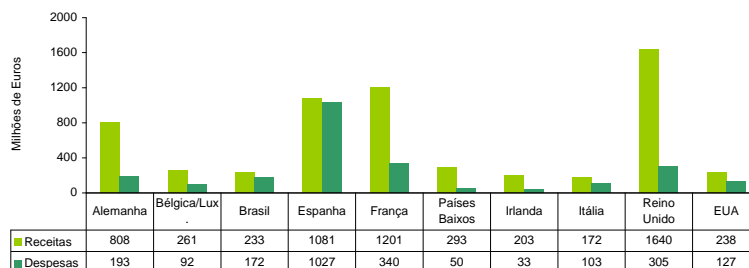
Em termos de **receitas e despesas** totais das viagens e turismo, em 2008, segundo dados do Banco de Portugal, (Figura 3), verifica-se que os 11 principais países de origem e destino representaram aproximadamente 83% em cada um dos respectivos totais. Os saldos positivos mais significativos referem-se ao Reino Unido, à França e à Alemanha e é de assinalar que o montante das receitas relativo à Espanha é o que mais se aproxima do das despesas. De notar a coincidência de alguns dos principais países emissores (Reino Unido, Alemanha, França, Itália e EUA) com os países do top 10 mundial em despesas efectuadas no turismo (ver ponto 2.1).

¹⁹ Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

²⁰ Optou-se por não incluir o ano de 2002, já que as taxas não são comparáveis com as de 2007 e 2008, uma vez que o INE abandonou a utilização da taxa bruta de ocupação-cama, substituindo-a pela taxa líquida de ocupação-cama, a partir de 2006. A taxa líquida de ocupação-cama corresponde à "relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal".

²¹ Inclui estabelecimentos hoteleiros e similares, outros estabelecimentos de alojamento colectivo e alojamento especializado.

Figura 3. Receitas e despesas do turismo, por principais países de origem e destino, 2008



Fonte: Banco de Portugal (informação disponível em 8 de Março 2010)

Caixa 1. Alguns Efeitos da Crise Económica nas Atitudes dos Europeus

No conjunto dos países da UE, e de acordo com os resultados do relatório analítico do *Survey on the attitudes of Europeans towards tourism*²², as questões financeiras foram apresentadas como a justificação mais importante para não serem gozadas férias em 2008 (41% das respostas). Portugal foi o país em que este motivo registou o número de respostas mais elevado. Reino Unido e Alemanha quedaram-se pelos 34%, enquanto a Espanha assinalou 49% das respostas. De entre os cidadãos que viajaram para o estrangeiro, 31% ficaram na UE, ocupando Portugal a 6ª posição de entre os destinos mais escolhidos para passar o período principal de férias (a Espanha ocupa a 1ª posição). Para os turistas espanhóis, Portugal representa o segundo destino estrangeiro escolhido, a seguir à Itália. Ainda segundo a mesma fonte, em termos de férias planeadas para 2009²³, 33% dos cidadãos europeus declararam preferir fazer férias no seu país, 17% tencionavam viajar para outros países da UE e 20% para destinos fora da UE.

5. Medidas de Apoio à Competitividade do Turismo Nacional

O reconhecimento do turismo como actividade estratégica para a economia nacional tem levado à adopção de políticas e medidas de apoio que visam o reforço da competitividade global do sector. Recentemente, Portugal promoveu o reforço de medidas específicas para fazer face à declarada crise económica mundial.

Neste contexto, desenvolveram-se um conjunto de acções de promoção externa para o sector do Turismo, de natureza excepcional, com o objectivo de sustentar os fluxos turísticos, aumentar a taxa de ocupação das rotas aéreas em operação (*Initiative.pt*), incentivar a presença de Portugal junto dos principais operadores turísticos (**Redes de Equipas do Turismo**) e melhorar as condições de financiamento da actividade das empresas deste sector.

Tendo em vista a criação de um sistema financeiro à medida das necessidades das empresas do turismo, adoptou-se o **Programa de Inovação Financeira do Turismo**, que tem por objectivo disponibilizar condições de financiamento mais vantajosas, dinamizar a capacidade negocial das empresas, proporcionando assistência técnica especializada na escolha das soluções de financiamento mais adequadas. O Programa assenta num conjunto de mecanismos financeiros e de partilha de risco que se articulam com as políticas públicas do sector.

Outra iniciativa relevante para o sector, o **Pólo de Competitividade e Tecnologia Turismo 2015** (Julho de 2009), constitui uma das concretizações do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) e vem confirmar a importância do sector para a competitividade da economia portuguesa.

²² Comissão Europeia, Flash Euro Barometer nº 258, Março 2009.

²³ Entrevistas efectuadas entre 14 e 18 de Fevereiro de 2009.

Mecanismos de Inovação Financeira às Empresas	
	PME Investe II
	- Linha +Restauração
	- Linha Geral
	PME Investe III
Linhas de Crédito Bonificado	- Linha do Sector do Turismo
	- Linha Turismo de Habitação e Turismo em Espaço Rural
	- Linha de Apoio à Tesouraria das Empresas do Turismo
	- Linha de Crédito às Empresas da Região Oeste
	PME Investe V
	- Linha das Micro e Pequenas Empresas
	- Linha Geral
Empresas com Potencial de Crescimento	- Programa Fincesce - Empresas PME Líder
	- Empresas PME Excelência
Mecanismo Facilitador para Obtenção de Garantias Financeiras	- Garantia Mútua
Reforço de capital Próprio	- Capital de Risco
Aquisição de Imóveis afectos à Actividade Turística	- Investimento Imobiliário
	- FIEAE – Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas
	- Fundo de Capital de Risco para a Dinamização Turística
Programa PME Consolida	- FACCE – Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas

Fonte: Turismo de Portugal, I.P.

O Pólo Turismo 2015 assenta numa estratégia de eficiência colectiva, que visa o aumento da competitividade das empresas de turismo, através da criação de uma rede de cooperação e de inovação no meio empresarial alargada a todo o território nacional.

Segundo o Turismo de Portugal, com esta rede de inovação pretende-se alcançar até 2015 os seguintes resultados:

- ◆ Um peso de 15% do sector no PIB;
- ◆ Crescimento do número de turistas para 20 milhões;
- ◆ Ultrapassar o patamar dos 15 milhões de euros de volume de receitas;
- ◆ Crescimento do número de camas turísticas em cerca de 90 mil;
- ◆ Alentejo, Lisboa e Algarve como as regiões de maior crescimento absoluto em número de camas;
- ◆ Incorporação pelas empresas de maior tecnologia e actuação sobre factores dinâmicos de competitividade;
- ◆ Subida dos níveis de qualificação médios de mão-de-obra;
- ◆ 9% da mão-de-obra empregada em hotéis e similares com curso superior;
- ◆ Maior qualidade de serviço e maior ajustamento da oferta aos produtos turísticos de vocação estratégica.

Uma das áreas onde Portugal tem vindo a investir desde 2006, com sucesso comprovado, é a da criação de um ambiente de negócios mais atraente, contribuindo para uma melhoria da competitividade das empresas (Caixa 2). O Programa Simplex visa melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos prestados aos cidadãos e às empresas e incrementar a competitividade através de um melhor enquadramento regulatório. Neste âmbito realçam-se também algumas das medidas dirigidas ao turismo (Quadro em Anexo).

Caixa 2. Factores de Competitividade

De acordo com os resultados do Índice de Competitividade Viagens e Turismo (ICVT) 2009²⁴, Portugal encontra-se na 17ª posição no *ranking* global de competitividade e em 10ª no contexto da UE27, à frente de grandes países receptores de turismo como a Itália e a Grécia²⁵. No quadro da UE27, Portugal demonstra melhores desempenhos competitivos em matéria de dotação de recursos humanos, culturais e naturais (7ª posição), seguindo-se as questões relacionadas com o quadro regulamentar (9ª posição) e, por fim, o ambiente empresarial e infra-estrutura (13ª posição). Nesta última área, o posicionamento de Portugal é menos favorável, apesar de evidentes vantagens competitivas nacionais em alguns indicadores, como o da presença no país das principais empresas de *rent a car* (1º lugar ex-aequo com mais 13 países da UE) e do número de máquinas ATM que aceitam cartões Visa, por milhão de habitantes (2º lugar, a seguir à Espanha).

Alguns dos factores identificados como vantajosos para Portugal no âmbito do ICVT são igualmente referidos como constituindo pontos fortes na avaliação estratégica do turismo português²⁶ constante do estudo “A Constelação do Turismo na Economia Portuguesa”, como é o caso da atitude dos portugueses perante a vida e os visitantes estrangeiros, a dimensão do património cultural e a existência de infra-estruturas desportivas construídas.

De notar que considerando os factores que influenciam a escolha de destinos turísticos pelos Europeus²⁷, o ambiente do local a visitar é o aspecto chave mais significativo considerado pela maioria dos Europeus (31%), seguido da herança cultural (24%) e opções de entretenimento.

Outra das matérias tratadas no ICVT relaciona-se com a prioridade atribuída pelos poderes públicos ao sector das viagens e turismo, o que representa um vantagem competitiva para Portugal, enquanto que no estudo “A Constelação do Turismo na Economia Portuguesa”, é visto como ponto fraco, “a ausência de uma estratégia clara e assumida de destino/produto”.

6. Conclusões Gerais

Em síntese, a evolução da actividade turística em Portugal nos anos mais recentes caracterizou-se por:

- ◆ A actividade turística mundial ressentiu-se com o agravamento da **crise financeira internacional** no último trimestre de 2008, abrandando os seus níveis de crescimento face aos anos anteriores. Contudo, os dados preliminares relativos a 2009 apontam para uma inversão desta tendência.
- ◆ No contexto do **turismo mundial**, em 2008 Portugal manteve o 20º lugar nas chegadas de turistas não residentes, num conjunto de 132 países. Em termos de receitas, Portugal desceu para o 27º lugar neste mesmo ano (quota de mercado de 1,2%), apesar de ter registado um crescimento homólogo de 0,5%.
- ◆ A estimativa para o crescimento do **VAB do Turismo** em 2009 aponta para uma queda de 4,8%, após um crescimento de cerca de 1,3% em 2008, (13,1% em 2007). Desde 2001, o peso das **receitas do turismo** na exportação de Bens e Serviços tem vindo a descer, passando de 16,2% em 2001 para 13,3% em 2008. Os valores provisórios para 2009 indicam uma queda de 7,1% nas receitas e de 6,7% no saldo da Balança Turística.
- ◆ A grande maioria dos turistas que visita Portugal continua a ser **proveniente da Europa**, particularmente dos países da UE, destacando-se a Espanha e o Reino Unido. Em 2008, o número de dormidas de turistas estrangeiros em Portugal situou-se em cerca de 26,2 milhões, sendo maioritariamente provenientes do Reino Unido, seguidos pela Alemanha e pela Espanha.

²⁴ O *Travel & Tourism Competitiveness Index* 2009 tem por objectivo medir os factores e as políticas que tornam atractivo desenvolver o sector das Viagens e Turismo em 133 países. Consta da publicação *Travel & Tourism Competitiveness Report* 2009, do *World Economic Forum*, divulgada em Março de 2009. Na generalidade, os dados que servem de base à construção do Índice reportam-se essencialmente a 2008 e 2007.

²⁵ Respectivamente em 5º e 17º lugar no *ranking* das chegadas internacionais a nível mundial, em 2008.

²⁶ Saer, Fevereiro 2010.

²⁷ Survey on the attitudes of Europeans towards tourism.

Nas receitas totais de viagens e turismo em 2008, os contributos mais significativos couberam, por ordem decrescente, ao Reino Unido, a França e a Espanha.

- ◆ Em termos de **estrutura regional**, em 2008 o Algarve permaneceu a região mais procurada para pernoitar, seguida de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira, e simultaneamente as que contabilizaram mais proveitos em 2008. As regiões do Norte e Centro, ainda que pesem pouco no total das dormidas, registaram aumentos dos proveitos de 2,5% e 4,7%, respectivamente, ficando acima da média nacional (1,1%).
- ◆ Para combater os efeitos da crise, Portugal adoptou um conjunto de **iniciativas de política** dirigidas à actividade turística no sentido de estimular a competitividade das empresas do sector. Destaca-se o Programa de Inovação Financeira para o Turismo, que disponibiliza soluções de financiamento à medida das necessidades das empresas do Turismo, bem como, o Pólo Turismo 2015, que estabelece uma rede de cooperação e de inovação no meio empresarial.

Anexo

Quadro - Medidas do Simplex para o Turismo

Portal de serviços Turismo	Integrar num único ponto de entrada, via Internet, todos os serviços prestados pelo Turismo de Portugal.
Enquadramento de projectos empresariais nos sistemas de apoio ao turismo	Simplificar e disponibilizar, com ajuda on-line, ferramentas electrónicas de simulação de enquadramento dos projectos empresariais (simuladores de candidatura) no âmbito dos sistemas de apoio do Turismo de Portugal.
Interacção do Turismo de Portugal com as empresas	Simplificar e criar, no âmbito das actividades do Turismo de Portugal, formulários electrónicos para facilitar a comunicação entre as empresas e aquela instituição.
Assinatura digital em documentos electrónicos	Generalizar, no âmbito das actividades do Turismo de Portugal, o uso da assinatura digital em documentos electrónicos.
"Conta corrente" das empresas	Intensificar o uso de meios electrónicos na interacção do Turismo de Portugal com as empresas, em qualquer fase do procedimento administrativo, criando uma "conta corrente" que possa ser consultada pela empresa a todo o tempo.
Reclamações no sector do Turismo	Rever o sistema de tratamento e acompanhamento das reclamações, tornando mais célere a tramitação do processo com a criação de interfaces directos com os reclamantes.
Boletins de alojamento	Criar um sistema de informação sobre boletins de alojamento que assegure a comunicação por via electrónica ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de toda a informação legalmente exigível aos operadores turísticos em matéria de alojamento.
Licenciamento de empreendimentos turísticos on-line	Desmaterializar o novo processo de licenciamento de empreendimentos turísticos, de forma a permitir o seu início e acompanhamento on-line nos Portais do Turismo e da Empresa.
Empresas de animação turística	Simplificar e reduzir encargos administrativos no processo de licenciamento de empresas de animação turística.
Empresas de <i>rent-a-car</i>	Simplificar e reduzir encargos administrativos no processo de licenciamento das empresas de <i>rent-a-car</i> .
Classificação on-line de empreendimentos turísticos	Possibilitar o processamento e o acompanhamento por via electrónica dos processos de classificação de empreendimentos turísticos cuja responsabilidade cabe ao Turismo de Portugal, garantindo o acesso imediato e actualizado a toda a informação relevante para o efeito.
Registo nacional de turismo	Implementar um sistema de registo dos empreendimentos turísticos devidamente legalizados. Garantir uma gestão mais simplificada e desburocratizada dos activos que constituem o sector turístico, disponibilizando aos interessados e agentes do sector informação actualizada sobre a oferta.
Candidaturas on-line a financiamento na área do turismo	Notificar as homologações de candidaturas a financiamento através de métodos desmaterializados, nomeadamente correio electrónico e Extranet com acesso reservado para as empresas beneficiárias dos apoios. Desmaterializar a contratação dos apoios financeiros concedidos através da criação de um exemplar electrónico do contrato correspondente, que será assinado através da utilização de Cartão de Cidadão e enviado on-line para os serviços do Turismo de Portugal.
Rede nacional de informação turística	Constituir e disponibilizar, em suporte electrónico, nos postos de turismo informação sobre a oferta turística do país. A criação desta base de dados permitirá a uniformização e actualização da informação divulgada nesta área. Pretende-se que, no primeiro ano, esta rede abranja cerca de 25% dos Postos de Turismo existentes no país.

Fonte: Programa Simplex, 2007, 2008, 2009

Analysis of the Active Employer Enterprise Population in Portugal²⁸

Elsa de Morais Sarmiento²⁹
Alcina Nunes³⁰

This study provides a description of the population of active employer enterprises dynamics in Portugal, using an entrepreneurship dataset conceived from *Quadros de Pessoal* based on the Eurostat/OECD methodology “Manual on Business Demography Statistics”, for the period 1987 to 2007. The main contribution of this analysis is to provide detailed disaggregated evidence of the employer enterprise population by firm dimension, region and main economic sectors, over a period of more than 20 years.

1. Introduction

1.1. Eurostat/OECD’s Methodology

As entrepreneurship is a multifaceted and interdisciplinary concept, various definitions do co-exist and no single one has been generally agreed upon³¹. To achieve the goal proposed by the Entrepreneurship Indicators Programme (EIP), it was necessary to define a unique entrepreneurship concept that could capture all its essence and which could be applied empirically in a variety of international settings. Building on various theoretical contributions, the OECD (Ahmad and Seymour, 2008; Ahmad and Hoffman, 2008; Ahmad, 2006) adopted a single definition, which gathers three main components: (i) Entrepreneurs, those who seek to generate value, through the creation or expansion of economic activity by identifying and exploiting new products, processes or markets; (ii) Entrepreneurial Activity, which is the enterprising human action in pursuit of the generation of value through the creation or expansion of economic activity, and; (iii) Entrepreneurship, defined as the phenomenon associated with entrepreneurial activity.

The standard unit of measurement considered for entrepreneurial activities has the form of a “business”. Our work follows this methodology and focuses on the analysis of entrepreneurial performance indicators of employer enterprises, applied to the *Quadros de Pessoal* dataset (Employment Administrative Records) of the Portuguese Ministry of Labour and Social Security, which is the main data source in Portugal, for the universe of employer enterprises. This is composed of all active enterprises with at least one paid employee during the period 1985 to 2007, which constitutes the so-called employer enterprise population.

2. Performance Indicators for Active Employer Enterprises

2.1. Active Employer Enterprises

The population of employer enterprises in Portugal has been growing steadily from 1985³² to 2007 (Figure 1). The number of active employer enterprises went over the 300.000 threshold after 2003.

Based on the cycles of enterprise growth and birth, we can observe four main distinct periods, before 1989, 1990 to 1994, 1995 to 1999 and the period following the year 2000. In 2006, the rate of growth of employer enterprises has shown a sharp decrease, to 1,0% after a peak of 8,9% in 2005, the highest since 2001.

²⁸ This work reflects the opinions of the authors and not of the Ministry of Economics, Innovation and Development. Other usual disclaimers apply. The authors would like to thank Gabinete de Estratégia e Planeamento of the Portuguese Ministry of Labour and Social Security for the provision of the data.

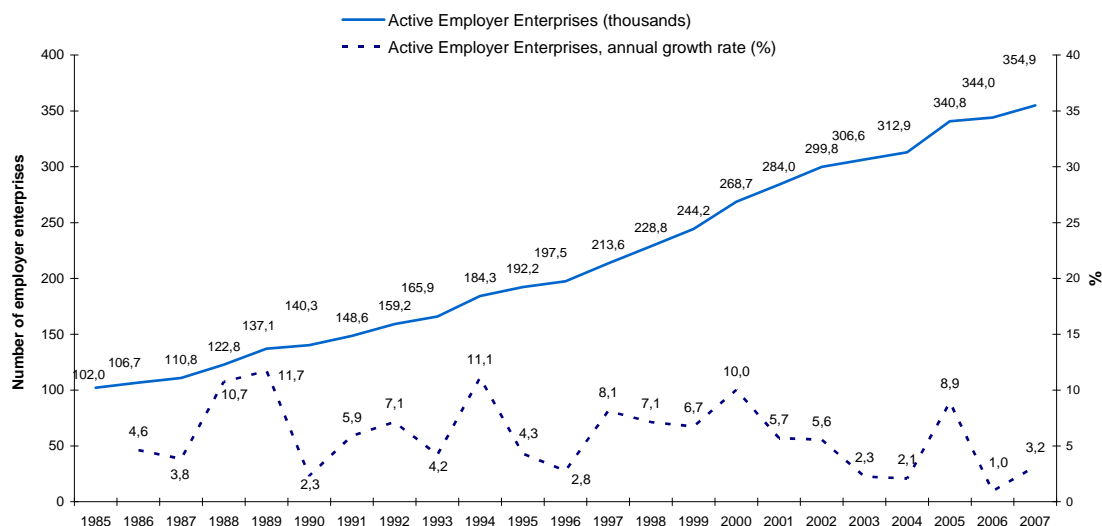
²⁹ Departamento de Economia e Gestão, Universidade de Aveiro, Portugal. Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

³⁰ Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança.

³¹ Ahmad and Seymour (2008) provide a superficial review of extant definitions in Table 1. Consider also the concepts included in Audretsch’s review of entrepreneurship literature (2003).

³² Although data is available since 1981, we did not measure entry before 1985 due to reliability issues.

Figure 1. Population of active employer enterprises, 1987–2007



Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
 Note: Employer Enterprises are enterprises which have at least one paid worker.

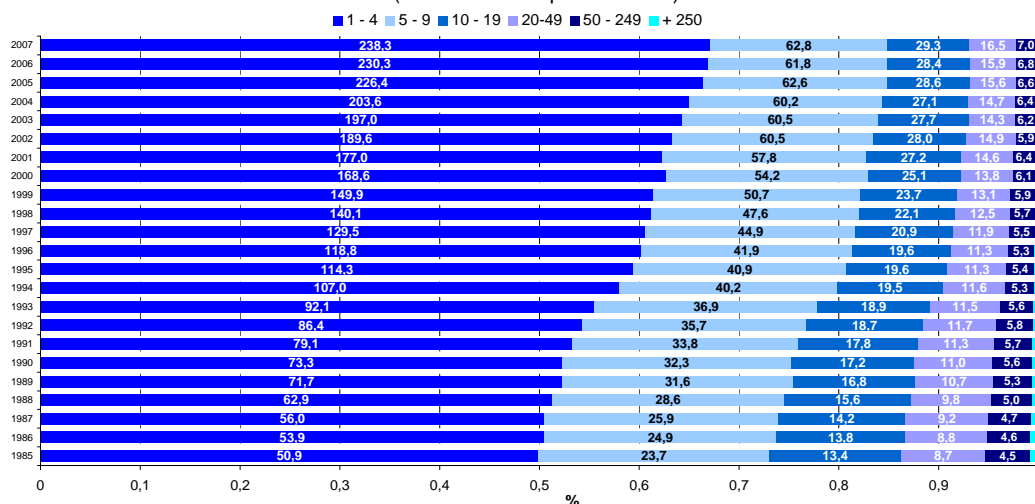
3. Performance Indicators for Active Employer Enterprises by Size Class

Entrepreneurship is a multidimensional phenomenon, spanning different units of observation, ranging from the individual to the firm, the nation to the region and the total economy versus micro-economic sectors. We hereby start by characterising three of these dimensions, by region, economic sector and enterprise size class.

3.1. Performance Indicators for Active Employer Enterprises by Size Class

The vast majority of enterprises in OECD countries (OECD, 2000) and in the European Union (Storey, 1994; Eurostat, 2009) are small and medium enterprises (SMEs). SMEs are considered a key source of dynamism and innovation both in developed and emerging economies, thus making important contributions to job creation, economic growth and productivity (OECD, 2005). A look at the number of active enterprises by size class over time, highlights the increasing importance of small and medium (SME) sized enterprises in Portugal (Figure 2).

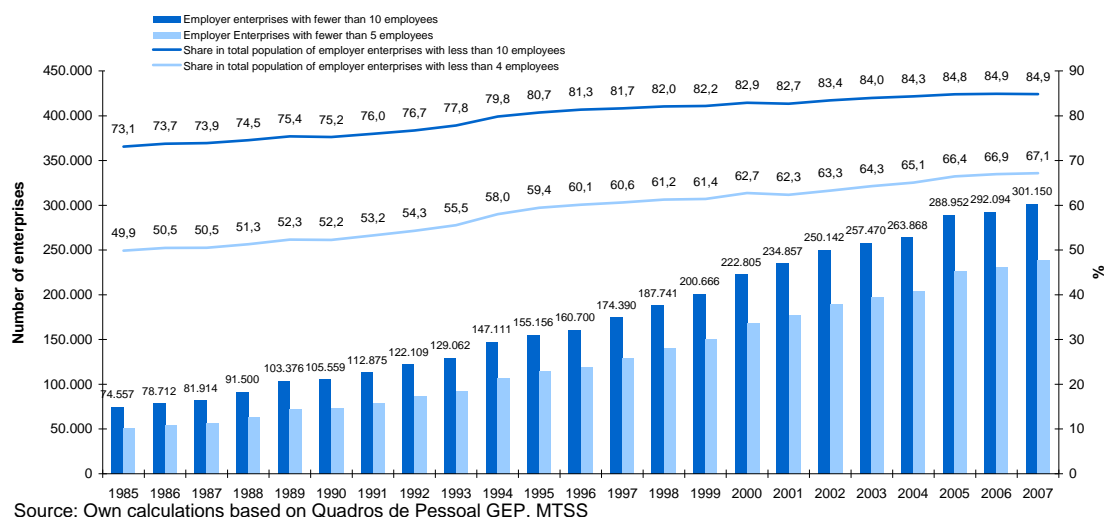
Figure 2. Population of active employer enterprise population, by size class
 (Thousand enterprises and %)



Source: Own calculations, based on *Quadros de Pessoal*, GEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

In most countries, the population of firms is dominated by small and micro units (Bartelsman et al., 2005; Bartelsman et al., 2004; Eurostat, 2009) where firms with less than ten employees represent around three quarters of the employer enterprise total population. Portugal does not seem to be an outlier. Since 1996, more than 60% of all employer enterprise firms in Portugal are micro firms³³, and more than 81% have fewer than 10 employees (Figure 3). There has been a clear tendency for small firms, with less than 10 employees, to increase its share in total population, throughout all the observed period (74% in 1986, 82% in 1997 and 85% in 2007). In 2007, 97,8% of the Portuguese enterprises employed less than 50 workers, compared to 95% in 1985.

Figure 3. Active employer enterprises, with less than 5 and less than 10 employees and share on total enterprise population (%)



3.2. Performance indicators for active employer enterprises by region

In what concerns regional enterprise growth, the region of the Algarve shows the highest growth in active enterprises throughout the period (Table 1), reaching a peak of 20.711 active enterprises in 2007 (more 1.131 than in 2006). Although not being the region with the highest volatility, it shows considerable fluctuations in active employer enterprise growth over time (e.g. from 27.7% of growth in 1989 to a low of 2.6% in 1990).

Table 1. Annual average growth rate of active employer enterprises by NUT II

NUT II	1985 to 2007	1995 to 2000	2000 to 2007
Norte	6,2	7,1	4,4
Algarve	9,0	7,9	6,7
Centro	6,6	8,6	4,0
Lisboa	4,5	5,1	3,4
Alentejo	5,8	8,3	3,1
Açores	3,7	3,9	3,1
Madeira	6,4	7,1	4,4
Portugal	5,8	6,9	4,1

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

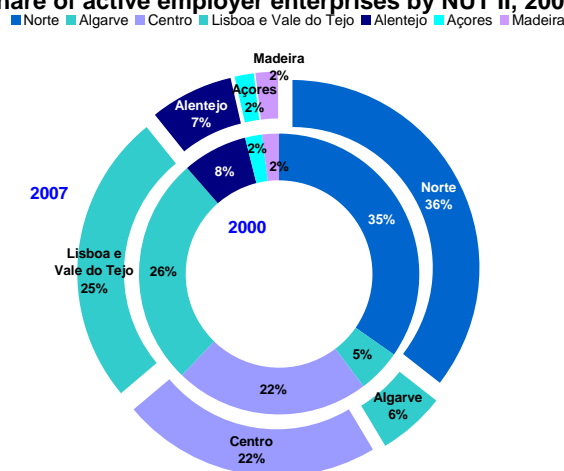
Norte and Madeira display the second greatest annual average growth in the total number of active employer enterprises from 2000 to 2007 (4,4%). However, Norte is characterised by the greatest regional volatility³⁴, particularly from 1993 to 1998. Despite having the greatest share of active enterprises (Figure 4) and the greatest amount of small enterprises in the country, the weight of small and medium firms is the

³³ Micro firms are enterprises with fewer than 5 employees.

³⁴ Norte shows the highest volatility of all regions, when measured through the standard deviation. In 2006, Norte displayed a negative rate of growth, despite having the highest growth in the country in 2005 (13,7%).

highest in Algarve (mainly due to services and construction sectors, especially from 2000 onwards) and Alentejo (mainly in services and agriculture and fishing sectors) (Table 2 and 4).

Figure 4. Share of active employer enterprises by NUT II, 2000 and 2007



Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

Centro has maintained a steady rhythm of enterprise growth, consequently its share in total number of enterprises in the country has been kept stable over time. Lisboa e Vale do Tejo has seen its share of enterprises slightly reduced in the total economy (-1 p.p.), from 2000 to 2007 (Figure 4). In the Açores and Madeira there is also an increasing number of active enterprises, although the Açores have lost their prominence in the total number of enterprises in the two archipelagos (60% of total archipelago's enterprises were located in Açores in 1985 and only 45,7% in 2007). The enterprise growth rate has been greater in Madeira than in Açores, throughout the period, except for the years 1996, 2001 and 2006.

This evidence points to an overall tendency to a decreasing rhythm of growth of the population of active employer enterprises in all NUT II regions, from 2001 onwards (Table 1).

The regional density of firms offers a contrast between the dynamics of firm and population growth. Density is thus calculated by the ratio of active enterprises over the region's active population, the former data is based on Statistics Portugal.

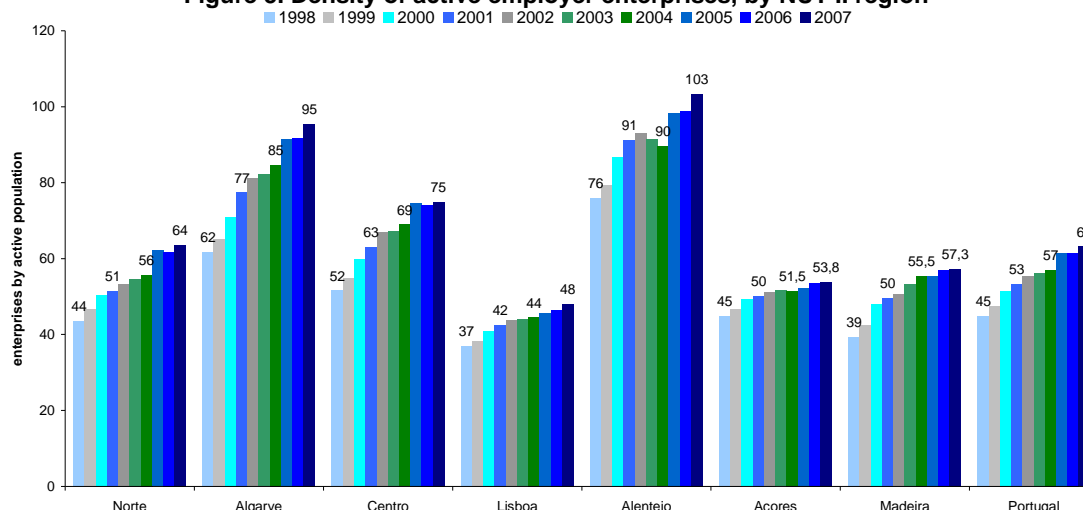
We observe that Alentejo has the highest enterprise density, followed by the Algarve (Figure 5). In the case of Alentejo, this startling fact is due to this region having the lowest active population growth at the NUTII level³⁵, below the country's average rate³⁶. Its enterprise growth (despite being also below the country's average) manages to grow at a faster rate than its active population, thus accounting for the higher density portrayed in Figure 5.

Algarve, on the other hand, has had the highest active population growth in most of the years considered, and also some of the highest regional enterprise growth. Density in the Algarve has been steadily growing since 1998, as the enterprise growth rate is higher than active population's.

In Lisbon, active population grows above the economy's average but enterprise growth is below the country's average for most years, which accounts for this region's record of the lowest average enterprise density. The two Archipelagos show an enterprise density below the country's average throughout the period. Madeira has managed to outpace Açores's enterprise density from 2003.

³⁵ Alentejo has had a negative active population growth rate since 2005 (Statistics Portugal).

³⁶ Except for years 2002 and 2003.

Figure 5. Density of active employer enterprises, by NUT II region

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS and Statistics Portugal for average population.
Note: Density is the ratio of the number of enterprises over active population

By combining the regional with the size class dimension, we may also observe the predominance of small firms in most regions at the NUT II level (Table 2) in particular in the Algarve (in 2007, 67,7% of enterprises had fewer than 20 employees, which corresponds to 58,4% of the region's employment), the Açores (69,2% share of firms and 42% of employment), and the Alentejo (66,7% share of firms and 54,9% of employment). Even when firms with fewer with less than 50 employees are considered, the Algarve and the Alentejo are still the regions with the highest share of small enterprises in 2007.

Table 2. Share of active employer enterprises with fewer than 20 employees in total number of enterprises by NUT II region (%)

Regions	Enterprise share of size Class of fewer than 20 employees												
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	46,9	47,4	47,4	48,3	49,4	49,4	49,9	51,3	52,8	55,1	56,4	57,1	57,6
Algarve	52,8	53,4	53,9	54,7	58,2	58,4	60,6	62,0	63,8	65,7	67,0	67,0	67,7
Centro	49,3	50,4	50,5	51,2	52,4	52,2	53,7	54,9	56,2	59,1	60,6	61,4	61,8
Lisboa	51,0	51,2	51,3	51,6	52,3	52,1	53,1	53,8	54,8	57,7	59,1	59,9	60,2
Alentejo	52,9	54,8	54,7	57,1	58,6	58,5	59,7	60,2	61,9	63,6	65,3	65,1	66,7
Açores	66,6	66,2	66,4	66,4	65,2	64,5	64,9	64,8	63,8	65,1	67,6	68,4	68,2
Madeira	47,4	48,4	47,8	49,4	50,3	52,2	53,9	55,3	55,1	57,6	57,6	57,8	57,7
Portugal	49,9	50,5	50,5	51,3	52,3	52,2	53,2	54,3	55,5	58,0	59,4	60,1	60,6

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

Table 3. Share of employment in active employer enterprises with fewer than 20 employees in total regional employment by NUT II region (%)

Regions	Employment share of size class 1 to 19 employees												
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	34,7	35,2	36,2	37,5	38,6	40,4	41,0	43,2	43,3	43,0	43,5	42,8	42,4
Algarve	58,2	59,4	60,3	59,9	59,7	60,0	59,6	62,2	61,1	60,8	60,5	59,5	58,4
Centro	41,4	42,4	43,3	44,1	45,4	46,6	47,3	50,5	50,7	49,5	49,8	49,4	49,1
Lisboa	27,9	28,7	28,9	28,6	28,8	29,2	29,1	30,9	30,5	29,6	28,9	28,6	28,4
Alentejo	55,5	54,7	54,5	55,2	55,4	57,0	56,4	58,2	57,5	54,6	55,5	54,2	54,9
Açores	47,8	46,8	47,4	44,7	45,3	44,2	43,4	43,5	44,5	42,9	43,3	44,3	42,0
Madeira	39,2	37,7	38,4	39,5	41,0	42,9	42,5	42,0	42,1	42,0	42,5	43,2	43,2
Portugal	35,1	35,9	36,6	37,1	37,9	39,0	39,3	41,6	41,5	40,7	40,8	40,2	39,9

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

3.3. Performance Indicators for Active Employer Enterprises by Sector

The increasing presence of small firms in Portugal is considerable and visible throughout all broad economic sectors, both in terms of the number of enterprises and the number of employees (Table 4). During the period of 1995 to 2007, 92,5% of total enterprises in the economy employed fewer than 20 workers, with all sectors but manufacturing (81,5%), having a share over 90%.

Table 4. Share of enterprises with fewer than 20 employees, in the total population of firms and in total employment³⁷
(Enterprises with fewer than 20 employees as a % of sector's total)

	Enterprises					Employment				
	Total economy	Agriculture and Fishing	Manufacturing	Services	Construction	Total economy	Agriculture and Fishing	Manufacturing	Services	Construction
1995-2007	92,5%	96,5%	81,5%	94,7%	92,9%	39,1%	67,2%	25,1%	42,9%	52,1%
1995-1999	91,5%	95,6%	79,6%	94,6%	92,2%	36,6%	61,7%	22,5%	43,8%	46,5%
2000-2007	92,9%	96,9%	82,6%	94,8%	93,1%	40,4%	70,0%	26,8%	42,5%	54,4%

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

From the first (1995-1999) to second sub-period (2000-2007), the number of small enterprises rises in all sectors. Manufacturing displays the highest increase in this size class, above the total economy's, indicating a faster reduction in enterprise size (Table 6).

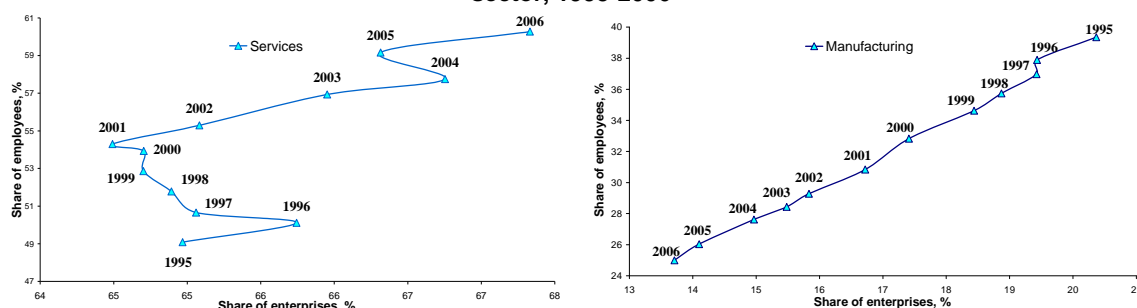
In line with the literature, the employment share of small firms is lower than its share in the total number of firms (Table 4). In parallel to enterprise behaviour, the share of employment in enterprises with fewer than 20 employees also rises in all sectors of activity, except in services.

From 1995 to 2007, small firms with fewer than 20 workers employed 39,1% of the total workforce in the dataset (Table 4). It is in the "Agriculture and Fishing" and in the "Construction" sector that small firms account for the largest share of employment.

This is not only influenced by the level of economic activity³⁸, but also by the dynamics of entry and exit in the market and by the industry structure, where an economy with a growing service sector and a declining influence of the manufacturing sector, such as Portugal, is more likely to display a growing share of both SMEs and of SME's in total employment.

The growing importance of the service³⁹ sector and the decline of the manufacturing sector are clearly observable from Figure 8. The service sector leads in the number and share of active employer enterprises, especially after 2001 and particularly in terms of its share of employment⁴⁰ (60,3% in 2006), but holds the lowest average firm size of the three main sectors (8,4 average employees per firm during 1995 to 2007, Table 6). It displays a tendency to reinforce its importance in the Portuguese economy, as indicated by the figure below.

Figure 6. Share of enterprises and employees in total economy in the service and manufacturing sector, 1995-2006



Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

³⁷ Sections A to P of ISIC Revision 3 were considered for the total economy. Data is only considered after 1995 due to the start of European System of Accounts of 1995, and up to 2006 due to the problems of compatibility with Classification of Economic Activities Revision 3, introduced in 2007.

³⁸ The economic cycle highly correlates with enterprise births and deaths cycles. In different regression models we have found that GDP is consistently a statistically significant variable.

³⁹ In most OECD countries, the service sector accounts for more than 60% of value added and employment (Ahn, 2001).

⁴⁰ By 2002, the share of the service sector amounted to about 70% of total value added in most OECD economies, and this has been increasing considerably over time (OECD, 2005).

Turning to annual average growth rates, at a more disaggregated level, we observe clear disparities among the Portuguese main sectors (Table 5). All broad sectors, except Agriculture and Fishing, show a decrease in their annual average growth rates from the first to the second sub-period (2001-2006).

The service sector shows more dynamism in most sectors at one letter level of the CEA⁴¹, when compared to manufacturing.

During the first sub period⁴² (1995-2000), one of the most dynamic sectors has been “Construction”, which displays after 2001, a slowdown in enterprise annual average growth (2,0%). On the other hand, the broad manufacturing sector displays decreasing annual average growth rates from 1995 to 2006 (1,7%), mainly in the sub-sectors “Mining and quarrying” and “Manufacturing”, a tendency enhanced after 2001 (1,8% and -0,1%, respectively).

Table 5. Annual average growth of active employer enterprises by sector at one letter level of the Classification of Economic Activities, Rev. 2.1 and by broad sectors (%)

Sectors	1995-2006	1995-2000	2001-2006
Agriculture, farming of animals, hunting and forestry	7,6	5,6	10,2
Fishing	15,5	1,4	34,1
Mining and quarrying	1,5	3,5	-1,8
Manufacturing	1,7	3,6	-0,1
Production of electricity, of gas and of water supply	8,6	7,5	8,4
Construction	7,9	13,1	2,0
Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles, motorcycles and personal and household goods	3,6	4,7	2,5
Hotels and restaurants	4,8	6,4	3,5
Transport, storage and communication	9,4	11,3	6,4
Financial intermediation	7,0	7,4	6,5
Real estate, renting and business activities	10,6	12,9	8,5
Public administration and defence; compulsory social security	22,7	4,6	46,0
Education	7,6	6,7	8,7
Health and social work	8,7	10,6	7,1
Other community, social and personal service activities	8,5	8,5	8,8
Total	5,4	5,5	3,9
Agriculture and Fishing	7,9	5,5	11,2
Manufacturing	1,7	3,6	-0,1
Services	5,8	6,8	4,8
Construction	7,9	13,1	2,0

Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoal*, GEP, MTSS.

3.3.1. Firm Size

Firm size, summarised by average size and dispersion have an important sectoral component.

The increase of small firms in Portugal is also related to the declining average firm size, which is extended to all broad sectors of the economy, particularly to the manufacturing sector. While average size of manufacturing firms still is at least twice as large than services (Table 6), it tends to decrease faster between the two sub-periods than in the remaining sectors (from 20,8 average employees during 1995-2000 to 17,4 after 2000).

The construction sector, which lived through an expansion period, both in terms of share of enterprises and employment between 1995 and 2000, shows a marked decline after 2003 in terms of enterprises, employment share, and average size.

⁴¹ Classification of Economic Activities (CEA).

⁴² This disaggregation is only provided after 1995 due to the start of SEC 95, and up to 2006 due to the problems of compatibility with CAE Rev. 3 after 2007.

Table 6. Average firm size by broad sectors and periods
(Number of employees)

	Total economy	Agriculture and Fishing	Manufacturing	Services	Construction
1995-2007	10,0	4,9	18,9	8,4	8,9
1995-2000	10,9	5,5	20,8	8,6	9,5
2000-2007	9,4	4,5	17,4	8,3	8,3

Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

According to Table 7, the sectors with the largest standard deviation of size are “Electricity, gas and water supply” because of its heavily regulation and legal monopolies (although it is highly reduced during 2000-2007), “Financial activities”, “Public Administration, Defence and Social Security”, “Fishing” and “Education”. The less dispersed sectors are “Gross and retail commerce” and “Hotels and restaurants”. Manufacturing standard deviation is twice as large as total deviation, in line with other countries (Bartelsman et al., 2005). The standard deviation of firm size increases in the Service and in the “Agriculture and Fishing” sectors during 2000 to 2007 when compared to the whole period from 1995 to 2007.

To account for effects of size in dispersion rates, we have also computed the coefficient of variation. The dispersion is now highly reduced, with most sectors presenting a higher coefficient of variation than the country’s average. Overall dispersion, given by the standard deviation and coefficient of variation is reduced for the last 7 years, except for the Service and “Agriculture and Fishing” sector.

Table 7. Within industry standard deviation and coefficient of variation of firm size

	Within industry standard deviation of firm size (as a ratio to country sectoral average)				Within industry coefficient of variation of firm size (as a ratio to country sectoral average)			
	Country average 1995-2007	Ratio to country sectoral averages	Country average 2000-2007	Ratio to country sectoral averages	Country average 1995-2007	Ratio to country sectoral averages	Country average 2000-2007	Ratio to country sectoral averages
Agriculture, farming of animals, hunting and forestry	0,64	0,68	0,59	1,37	0,14	1,50	0,14	3,05
Fishing	6,20	6,60	3,84	8,91	0,40	4,24	0,33	7,25
Mining and quarrying	0,97	1,03	0,71	1,65	0,06	0,69	0,05	1,07
Manufacturing	2,03	2,16	0,86	1,99	0,11	1,16	0,05	1,08
Production of electricity, of gas and of water supply	66,02	70,30	26,09	60,59	0,45	4,84	0,26	5,73
Construction	0,91	0,97	0,36	0,85	0,10	1,10	0,04	0,96
Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles, motorcycles and personal and household goods	0,21	0,23	0,24	0,55	0,03	0,35	0,04	0,79
Hotels and restaurants	0,24	0,25	0,28	0,65	0,04	0,42	0,05	1,03
Transport, storage and communication	4,92	5,24	2,02	4,68	0,30	3,22	0,16	3,41
Financial intermediation	14,81	15,78	6,13	14,24	0,28	2,97	0,14	3,10
Real estate, renting and business activities	0,58	0,61	0,63	1,47	0,06	0,60	0,06	1,34
Public administration and defence; compulsory social security	7,90	8,41	8,18	19,00	0,37	4,00	0,33	7,21
Education	1,71	1,82	1,44	3,34	0,10	1,09	0,09	1,99
Health and social work	0,81	0,86	0,86	1,99	0,07	0,75	0,07	1,57
Other community, social and personal service activities	0,24	0,25	0,23	0,54	0,04	0,40	0,04	0,79
Agriculture and Fishing	0,71	0,76	0,60	1,39	0,15	1,56	0,13	2,90
Manufacturing	2,09	2,22	0,87	2,03	0,11	1,18	0,05	1,09
Services	0,35	0,37	0,37	0,86	0,04	0,44	0,04	0,97
Construction	0,91	0,97	0,36	0,85	0,10	1,10	0,04	0,96
TOTAL	0,94		0,43		0,09		0,05	

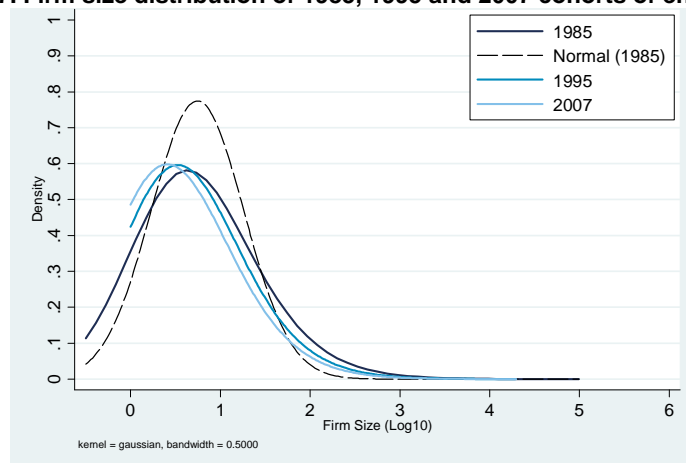
Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, MTSS.

4. Firm Size Distribution

There is a considerably large amount of evidence that the number of micro and small sized firms have been increasing relative to medium and large scale enterprises (Schaper et al., 2008; Storey, 1996; Loveman and Sengerberger, 1991; OECD, 2005; OECD, 2000) and also of the shift in the firm size distribution towards smaller production units, which has been occurring since the 1970s, after years of dominance of economies of scale in production (Ribeiro, 2007). Given the evolution of employer enterprises by size class, illustrated in the previous sections, we should expect these dynamics to have considerable impact in Portugal.

In order to assess if the increasing presence of smaller firms is indeed affecting the composition of the population of firms, an analysis of the size distribution of employer enterprises was considered. Following Cabral and Mata (2003), we analysed the firm size distribution for our subset of firms based on *Quadros de Pessoa*⁴³. On the one hand, we have found a firm size distribution skewed⁴⁴ to the right, with a distinct shape from the Normal distribution, in line with Cabral and Mata's (2003) results. On the other, we observe that this distribution is not stable over time (Figure 7), showing an increasing prevalence of smaller firms in the population of employer enterprises. The whole firm size distribution has indeed been shifting to the smallest size classes, where smaller units are increasingly prevalent in the population.

Figure 7. Firm size distribution of 1985, 1995 and 2007 cohorts of enterprises



Source: Own calculations based on *Quadros de Pessoa*, GEP, MTSS.

5. Main Conclusions

The population of active employer enterprises has been growing steadily in Portugal over more than 20 years, especially due to the contribution of smaller sized firms. We can identify four distinct periods, based on the growth rates and on the cycles of enterprise births, before 1989, from 1990 to 1994, 1995 to 1999 and after 2000. A decreasing rhythm of enterprise growth emerges after 2001, visible throughout all broad sectors and regions.

The increasing predominance of small and medium sized firms is clearly observable, in line with what seems to be a general tendency in other developed countries. In 2007, 98% of the Portuguese enterprises present in *Quadros de Pessoa*, employed less than 50 workers. This is due to both structural effects, such as the increasing dominance of the service sector in the economy, in terms of the number of enterprises and employees, and the gradual decrease of average firm size in all broad sectors.

Norte is the region with the highest number of births and share of enterprises in the country, while Algarve is the region with the highest growth in active enterprises and rate of birth in Portugal, where firms are created with the smallest average size.

Portugal is increasingly a service-based economy, where the service sector has occupied the pole position in enterprise creation since 2003. Overall dispersion of firm size has decreased for the total economy,

⁴³ We applied a nonparametric estimation method, a gaussian kernel density smoother with a bandwidth of 0,5 to the logarithm of firm size to test if firm size (expressed as the log of the employment of the firm) distribution is stable and approximately lognormal for the population of active enterprises. It is important to keep in mind that the type of distribution depends heavily on the data source considered (Cabral, 2007).

⁴⁴ It has long been noted that the distribution of firms is skewed (Ijiri and Simon, 1977; Klette and Kortum, 2004; Cabral, 2007; Schaper et al., 2008), in particular when the whole population of firms is considered and the data did not result from a random sample taken from the total population, but until recently these conclusions were drawn essentially from the study of specific industries or sectors, focusing in shorter periods of time. More recently, the availability of large micro data sets for many industrialized countries allowed to uncover that firm sizes are likely to be distributed as a Pareto distribution, instead of a log-normal (Axtell 2001, Gaffeo et al. 2003).

during 2000 to 2007 compared to the period 1995-2007, but has risen in the Service and “Agriculture and Fishing” sectors.

Over a period of more than 20 years, we observe an overall decrease in the average size of employer enterprises in Portugal, which is extended to all broad sectors, NUT II regions and entrants in the market (Sarmiento and Nunes, 2010). The growth of the small sector is not only connected to the reduction in average firm size but also to the shift in the size distribution of firms. We verify that total firm size distribution is right skewed and that it has been shifting to the smallest size classes over time.

BIBLIOGRAPHY

- Ahmad, N. (2006) "A Proposed Framework for Business Demography Statistics." OECD Statistics Working Papers 2006/3.
- Ahmad, N. and A. Hoffman (2008). "A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship", OECD Statistics Working Paper 2008/2.
- Ahmad, N. and R. G. Seymour (2008). "Defining Entrepreneurial Activity: Definitions Supporting Frameworks for Data Collection." OECD Statistics Working Paper.
- Ahn, S. (2001), "Firm dynamics and Productivity Growth: a review of micro evidence from OECD countries", OECD Economics Department Working Paper n. 297, Paris.
- Axtell, R.L. (2001), "Zipf Distribution of U.S. Firm Sizes", *Science* 293:5536, pp. 1818-1820.
- Bartelsman, E.J., S. Scarpetta, and F. Schivardi, (2005), "Comparative Analysis of Firm Demographics and Survival: Evidence from Micro-level Sources in OECD Countries", *Industrial and Corporate Change*, 14(3): 365–391.
- Bartelsman, E.J., J. Haltiwanger, and S. Scarpetta, (2004), "Microeconomic Evidence of Creative Destruction in Industrial and Developing Countries", *The World Bank Policy Research Working Paper Series* 3464.
- Cabral, L. (2007), "Small firms in Portugal: A selective Survey of Stylized Facts, Economic Analysis and Policy Implementation". *Portuguese Economic Journal*, 6(1): 65-88.
- Cabral, L. and J. Mata (2003), "On the evolution of the firm size distribution: facts and theory", *The American Economic Review*, 93(4): 1075 - 1090.
- Eurostat (2009), "Business Demography: employment and survival", *Statistics in focus*, 70/2009.
- Eurostat/OECD (2007), "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".
- Gaffeo E., Gallegati M. and A. Palestini (2003), On the Size Distribution of Firms. Additional Evidence from the G7 Countries, *Physica A*, 324:117-123.
- Ijiri, Y. and H. A. Simon (1977), "Skew Distributions and the Sizes of Business Firms", North-Holland.
- OECD (2000), "OECD Small and medium enterprise outlook", Paris.
- OECD (2005), "The 2005 OECD SME and Entrepreneurship Outlook", Paris.
- OECD/Eurostat (2009), "Measuring Entrepreneurship A Collection of Indicators, 2009 Edition", OECD/Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.
- Ribeiro, E. P. (2007) "The Dynamics of Firm Size Distribution", *Brazilian Review of Econometrics*, Vol. 27, nº 2.
- Sarmiento, E. de Moraes e A. Nunes (2010), "Entrepreneurship performance indicators for active employer enterprises in Portugal", *Temas Económicos* nº 9, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Scarpetta, S., P. Hemmings, T. Tressel and J. Woo (2002), "The role of policy and institutions for productivity and firm dynamics", *OECD Economics Department Working Papers*, n. 329.
- Schaper, M. Dana. L. P., R. Anderson, P. W. Moroz (2008), "Distribution of firms by size: observations and evidence from selected countries", *International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management*, Vol. 8, n. 6, 2008.
- Storey, D. ed. (1994), "Understanding the small business sector", Thomson Learning.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>18 de Maio de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 18 de Maio de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Follow-up do Conselho ECOFIN de 9 de Maio de 2010: O Conselho congratulou-se com a apresentação por Portugal e Espanha de medidas adicionais de consolidação orçamental para 2010 e 2011. No caso de Portugal, as medidas a implementar centram-se na antecipação de algumas das já anteriormente apresentadas no Programa de Estabilidade e Crescimento, bem como novas medidas de redução da despesa e aumento da receita, que deverão reduzir o défice em mais 1 p.p. em 2010 e 2 p.p. em 2011 em relação às metas inscritas no referido Programa. ▪ Directiva sobre os gestores de fundos de investimento alternativos: O Conselho adoptou uma orientação geral sobre a proposta de directiva sobre gestores de fundos de investimento alternativos e convidou a Presidência a iniciar negociações com o Parlamento Europeu com vista à adopção final do diploma. A proposta de directiva introduz regras sobre autorização, funcionamento e transparência dos gestores de fundos de investimento alternativos estabelecidos na UE e sobre a comercialização na União de fundos de investimento alternativos geridos por gestores estabelecidos fora da UE. ▪ Orientações integradas: os Ministros discutiram, ainda de forma preliminar, a Recomendação da Comissão relativa às Orientações Gerais de Políticas Económica da UE e dos estados-membros, visando a implementação da nova estratégia "Europa 2020" para o crescimento e o emprego. ▪ Reforço da coordenação das políticas económicas: A Comissão apresentou uma comunicação com propostas de melhoria do processo de coordenação das políticas económicas na área do euro e na UE, contribuindo para o trabalho da <i>task-force</i> (composta por representantes dos estados-membros, Presidência e BCE e pelo Presidente do Conselho Europeu). ▪ Estratégias de saída – quadros orçamentais: O Conselho aprovou conclusões sobre os quadros orçamentais, tendo reconhecido que estes poderão desempenhar um papel muito relevante no fortalecimento dos processos de consolidação orçamental e da sustentabilidade das finanças públicas. Reconhecendo o carácter necessariamente nacional destes quadros de orçamentais, foram identificadas algumas características desejáveis a ter em conta na sua definição e aplicação: (i) deverão ser abrangentes, compreendendo regras orçamentais, programação plurianual, melhores e mais transparentes instrumentos de controlo da despesa, (ii) deverá existir uma forte coordenação entre os vários níveis de governo, (iii) deverão beneficiar de uma forte apropriação nacional e de apoio político, (iv) deverão envolver a melhoria dos processos orçamentais, devendo as regras orçamentais ser desenhadas para evitar efeitos orçamentais pró-cíclicos. ▪ Disposições em matéria de estabilidade financeira e de gestão de crises: O Conselho aprovou conclusões sobre a prevenção, gestão e resolução de crises no sector financeiro. O objectivo é dotar a Europa e os estados-membros de mecanismos e poderes harmonizados, que sejam exercidos de forma coordenada e que lhes permitam adequadamente gerir e resolver uma falência numa instituição com potenciais impactos transfronteiriços, mantendo a estabilidade financeira e preservando os orçamentos nacionais. As conclusões realçam o papel central do ECOFIN na coordenação de crises transfronteiriças do sistema financeiro e definem um conjunto de acções a empreender num prazo curto para implementar mecanismos eficazes de prevenção, gestão e

INICIATIVA	SUMÁRIO
	<p>resolução de crises. As conclusões contêm, ainda, orientações sobre como assegurar melhor a mitigação do risco sistémico de determinados agentes e como fazer o sector financeiro contribuir financeiramente para a resolução de crises.</p> <p>O Conselho aprovou, ainda, conclusões sobre as estratégias de saída no que se refere às medidas de apoio ao sector financeiro adoptadas pelos estados-membros durante a crise, tendo reconhecido que a conjuntura excepcional subjacente à adopção dessas medidas não se mantém, justificando-se, por isso, um primeiro passo no sentido da sua descontinuação. Neste contexto, o Conselho deu o seu apoio à proposta da Comissão de modificar os termos em que as garantias de dívida serão concedidas após 30 de Junho de 2010, de forma a eliminar alguns incentivos perversos e assegurar que as instituições que a elas recorrem são viáveis.</p>
Apoios Sociais	<p>O Conselho de Ministros de 6 de Maio de 2010 aprovou, na generalidade, o Decreto-Lei que harmoniza as condições de acesso aos apoios sociais públicos com o objectivo de aumentar a justiça na sua atribuição e de reforçar o combate à fraude. Neste decreto são também alteradas as condições de acesso ao Rendimento Social de Inserção de forma a promover as possibilidades de inserção dos seus beneficiários através do aumento das suas competências pessoais, sociais, educativas e profissionais</p>
Emprego	<p>O Conselho de Ministros de 6 de Maio de 2010 aprovou, na generalidade, um Decreto-Lei que estabelece medidas para promover o emprego dos beneficiários das prestações de desemprego, com o objectivo de combater a fraude e de as tornar socialmente mais justas. De acordo com a nova legislação, é possível a acumulação do subsídio de desemprego com um trabalho parcial que gere um pequeno rendimento de modo a facilitar a transição para a vida activa. Os beneficiários do subsídio de desemprego são obrigados a aceitar propostas de trabalho que garantam uma retribuição ilíquida igual ou superior ao valor do subsídio acrescido de 10% - até agora era de 25%. Para além disso, é limitado o montante máximo do subsídio, que não pode ultrapassar os 75% do valor líquido da remuneração de referência, e é determinado que o empregador comunique à segurança social a admissão de novos trabalhadores antes do início do contrato, para evitar irregularidades na manutenção do subsídio.</p>
Simplegis - Programa de Simplificação Legislativa	<p>Em 10 de Maio de 2010 foi lançado o Programa Simplegis - Programa de Simplificação Legislativa, visando a simplificação e a clarificação do ordenamento jurídico português. Um dos objectivos é eliminar, até ao final deste ano, 300 diplomas que estão já ultrapassados.</p> <p>As medidas do Simplegis são: Simplificar a legislação; Proporcionar maior acesso das pessoas e empresas à legislação; Melhorar a aplicação das leis. As potenciais vantagens do Simplegis traduzem-se em maior transparência, redução de custos, melhor aplicação das leis e credibilidade internacional. O governo estima que a implementação do Simplegis irá permitir uma poupança de 200 milhões de euros anuais.</p>
VI Cimeira entre a União Europeia e a América Latina e Caraíbas	<p>A União Europeia e o Mercosul (Mercado Comum do Sul) decidiram, no âmbito da VI Cimeira entre a União Europeia e a América Latina e Caraíbas, realizada em Madrid em 18 de Maio de 2010, reabrir as negociações comerciais. As negociações comerciais entre estes dois espaços económicos estavam interrompidas desde 2004.</p> <p>Para esse fim, foi estabelecido um Plano de Acção para 2010-2012 que identifica instrumentos e actividades a desenvolver nas seguintes áreas chave, directa ou indirectamente relacionadas com o tema central da cimeira:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="499 2033 1029 2065">1. Ciência, investigação, inovação e tecnologia.

INICIATIVA	SUMÁRIO
	<p>2. Desenvolvimento sustentável; ambiente; mudanças climáticas; biodiversidade; energia.</p> <p>3. Integração e interconectividade regional para promover a inclusão social e a coesão.</p> <p>4. Migrações.</p> <p>5. Educação e emprego para promover a inclusão social e a coesão.</p> <p>6. O problema mundial da droga.</p> <p>O Mercosul é constituído por 10 Estados com diversos estatutos (Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela; Associados: Bolívia, Chile, Perú, Colômbia e Equador).</p>
<p>Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil</p>	<p>O Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil foi inaugurado em 29 de Abril de 2010 com o objectivo de obter uma resolução mais célere dos litígios empresariais em que estejam envolvidas empresas portuguesas.</p>

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Regime jurídico da mobilidade eléctrica</i> Decreto-Lei n.º 39/2010 - I Série n.º 80, de 26/4</p>	<p>Regula a organização, o acesso e o exercício das actividades de mobilidade eléctrica e procede ao estabelecimento de uma rede piloto de mobilidade eléctrica e à regulação de incentivos à utilização de veículos eléctricos. O presente decreto-lei visa três objectivos centrais: i) incentivar a aquisição e utilização de veículos eléctricos; ii) garantir que o carregamento de baterias de veículos eléctricos se realiza através de uma rede de carregamento integrada, de forma cómoda e eficaz; e iii) consagrar um regime de universalidade e equidade no acesso aos serviços de mobilidade eléctrica. O disposto no artigo 50.º "Desmaterialização de actos e procedimentos" produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2010.</p>
<p><i>Pagamento de juros de mora pelo Estado</i> Lei n.º 3/2010 - I Série n.º 81, de 27/4</p>	<p>Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado e demais entidades públicas, incluindo as Regiões Autónomas e as autarquias locais, pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária. Quando outra disposição legal não determinar a aplicação de taxa diversa, aplica-se a taxa de juro referida no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil. A presente lei entra em vigor no dia 1 de Setembro de 2010.</p>
<p><i>Grandes Opções do Plano para 2010-2013</i> Lei n.º 3-A/2010 - I Série n.º 82, de 28/4</p>	<p>Aprova as Grandes Opções do Plano para 2010-2013 que integram as medidas de política e investimentos que, em 2010 -2013, contribuirão para as concretizar. As Grandes Opções do Plano para 2010-2013 são as seguintes: 1ª. Impulsionar o crescimento, promover o emprego e a modernização do País; 2ª. Reforçar a coesão social, reduzindo a pobreza e criando mais igualdade de oportunidades; 3ª. Melhorar e alargar o acesso à educação, reforçar o ensino superior e investir na ciência e na cultura; 4ª. Melhorar a qualidade de vida e promover a coesão territorial, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida; 5ª. Elevar a qualidade da democracia, modernizando o sistema político e colocando a justiça e a segurança ao serviço dos cidadãos; 6ª. Valorizar o posicionamento externo de Portugal e a inserção internacional da defesa nacional e reforçar o apoio às comunidades portuguesas. As prioridades de investimento constantes das Grandes Opções do Plano para 2010-2013 são contempladas e compatibilizadas no âmbito do Orçamento do Estado para 2010 e devidamente articuladas com o Quadro de Referência Estratégico Nacional.</p>
<p><i>Orçamento do Estado para 2010</i> Lei n.º 3-B/2010 - I Série n.º 82, de 28/4</p>	<p>Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2010.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Regime de concessão de empréstimos a Estados membros da zona euro</i></p> <p>Lei n.º 8-A/2010 - I Série n.º 96, de 18/5</p>	<p>Aprova um regime que viabiliza a possibilidade de o Governo conceder empréstimos, realizar outras operações de crédito activas a Estados membros da zona euro e prestar garantias pessoais do Estado a operações que visem o financiamento desses Estados, no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira. A presente lei visa permitir que o Estado português se associe a iniciativas coordenadas dos Estados membros da zona euro e outras instâncias comunitárias para garantir a estabilidade económica e financeira da zona euro. A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a 12 de Maio de 2010.</p>
<p><i>Fundo de Eficiência Energética</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 50/2010 - I Série n.º 98 de 20/5</p>	<p>Cria o Fundo de Eficiência Energética (FEE), no âmbito do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento. O FEE tem como objectivo financiar os programas e medidas previstas no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE), nomeadamente através das seguintes linhas de actuação: a) Apoio a projectos de cariz predominantemente tecnológico nas áreas dos transportes, residencial e serviços, indústria e sector público; b) Apoio a acções de cariz transversal indutoras da eficiência energética nas áreas dos comportamentos, fiscalidade e incentivos e financiamentos. O FEE pode ainda apoiar projectos não previstos no PNAEE mas que comprovadamente contribuam para a eficiência energética. O FEE será constituído com uma dotação inicial de 1,5 milhão de euros, a realizar integralmente pela Direcção - Geral de Energia e Geologia.</p>
<p><i>Energias Renováveis</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 51/2010 - I Série n.º 98 de 20/5</p>	<p>Simplifica o procedimento para a instalação de sobreequipamento em centrais eólicas, revê os respectivos regimes remuneratórios e prevê a obrigação de instalação de equipamentos destinados a suportar cavas de tensão, alterando o Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio.</p>

Abreviaturas Utilizadas

